



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Contributos para o Diagnóstico Social do Porto Santo, Região Autónoma da Madeira

Carina de Jesus Sousa Teixeira

Orientador: Professor Doutor Fernando Humberto Serra

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Política Social

Lisboa
2016

VALORIZAMOS PESSOAS

“Terra amiga,
Como tu não há igual.
És a joia mais antiga,
Das joias de Portugal.
Porto Santo,
O nome que fica bem,
Por isso te quero tanto,
Como quero à minha mãe.”

Max, Porto Santo

ÍNDICE

Agradecimentos.....	vii
Resumo.....	viii
Introdução.....	1

I Parte: Política Social e Desenvolvimento Regional e Local

1. Política Social Territorializada.....	6
1.1 Diagnósticos Sociais.....	6
1.2 Desenvolvimento Local.....	10
1.3 Contextualização Socioeconómica e Demográfica do Concelho de Porto Santo.....	15
2. Enquadramento legal sobre os Diagnósticos Sociais.....	22
2.1 Estatuto Autónomo das Regiões Autónomas.....	22

II Parte: Contributos para o Diagnóstico Social e Rede Social do Porto Santo

1. Opções Metodológicas.....	24
2. Análise de Discussão dos Dados: Diagnóstico de Problemas e Necessidades.....	31
2.1 Recursos para a Infância e Juventude.....	31
2.2 Desemprego no Concelho do Porto Santo.....	35

2.2.1 Fragilidade e Potencialidades do Setor Turístico.....	37
2.3 Sistema e Estruturas de Saúde.....	40
2.3.1 Análise de alguns indicadores de saúde.....	40
2.4 Recursos e Equipamentos Sociais no âmbito do Envelhecimento.....	42
2.5 Cultura e Desporto.....	45
3. Notas Conclusivas e Recomendações.....	47
3.1 Proposta de criação da Rede Social do Porto Santo.....	49
3.1.1 Potencialidades e constrangimentos da implementação da Rede Social.....	50
BIBLIOGRAFIA.....	52
ANEXOS.....	55

ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E IMAGENS.....v

TABELAS

Tabela 1 - Movimentos da População (2004 – 2014).....	18
Tabela 2 - Índice de Envelhecimento (1960 – 2011).....	19
Tabela 3 - Índice de Longevidade na RAM, por concelho (2001 – 2015).....	21
Tabela 4 – Análise SWOT – Porto Santo.....	24
Tabela 5 – Quadro de síntese das etapas metodológicas.....	30
Tabela 6 - Estabelecimentos de alojamento turístico no Porto Santo (2014).....	38
Tabela 7 - Indicadores de estabelecimentos de alojamento turístico no Concelho do Porto Santo (2014).....	38
Tabela 8 - Indicadores de Saúde no Concelho do Porto Santo (2014).....	40
Tabela 9 - Hospitais na Região Autónoma da Madeira (2014).....	41
Tabela 10 - Taxa de Analfabetismo na R.A.M. (1981 – 2011).....	42
Tabela 11 - Indicadores de Cultura no Concelho do Porto Santo (2013).....	46

GRÁFICOS

Gráfico 1 - População residente no Concelho do Porto Santo (2001-2015).....	17
Gráfico 2 - Índices de Dependência no Porto Santo (2001 – 2015).....	20
Gráfico 3 - Equipamentos de pré-escolar no Porto Santo (2008/2009 – 2012/2013).....	32
Gráfico 4 - Alunos matriculado no ensino Pré-Escolar (2007/2008142 – 2012/2013).....	33
Gráfico 5 - Taxa de Desemprego no Concelho do Porto Santo (1960 – 2011).....	35
Gráfico 6 - Taxa de Atividade no Concelho do Porto Santo (1981 – 2011).....	36

IMAGENS

Imagem 1 - Arquipélago da Madeira.....	15
Imagem 2 - Garrafa de água mineral do Porto Santo.....	16
Imagem 3 – Fábrica das águas do Porto Santo.....	16
Imagem 4 – Moinhos de vento.....	16
Imagem 5 - Esboço da imagem da Rede Social do Porto Santo.....	48

LEGISLAÇÃO

Decreto-lei nº 115/2006 de 14 de junho. Diário da República nº 114, Série I de 2006-06-14

Decreto legislativo regional nº 6/2015/M de 14 de agosto. Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira nº 122, Série I de 2015-08-14

Edital nº 174/2014 de 26 de fevereiro. Diário da República nº 40, Série II de 2014-26-02

Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Diário da República nº 176, Série I de 2013-09-12

Lei nº 130/99 de 21 de agosto. Diário da República nº 195, Série I de 1999-08-21

Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de novembro. Diário da República, nº 267, Série I de 1997-11-18

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação e desta investigação só foi possível com a colaboração de muitas pessoas.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, Professor Dr. Fernando Humberto Serra, que com a sua competência profissional e rigor científico acompanhou a presente investigação com uma orientação compreensiva, permanente, construtiva e incentivadora.

A todos os intervenientes no estudo, uma vez que sem eles não era possível realizar a minha investigação. A eles, o meu muito obrigada por toda a confiança prestada, pela dedicação, por toda a sinceridade e por toda a fiabilidade de informação.

Aos meus amigos Duarte Nunes, Filipa Vieira e André Sousa, quero agradecer a ajuda prestada na realização da atividade de *focus group*, ao nível de instrumentos audiovisuais e de registo de informação.

Quero agradecer à minha família, mais concretamente aos meus Pais, por toda a compreensão prestada, paciência, pelo amor e carinho e, também, pelo facto de acreditarem em mim e no meu trabalho.

Quero por fim, mas não menos importante, agradecer ao Xavier por toda a ajuda prestada, pela paciência e compreensão, pela confiança que depositou em mim desde o primeiro dia e sobretudo, por acreditar em tudo o que faço.

RESUMO

A investigação aqui presente constitui a elaboração de um contributo para o diagnóstico social para o Concelho do Porto Santo.

O Concelho do Porto Santo tem vivido com diversos problemas, como a sazonalidade, o isolamento que se faz sentir nos meses de inverno, o elevado desemprego que atormenta a população porto-santense, bem como problemas ao nível da educação e do turismo. Desde sempre que se falou na criação de um plano estratégico para a ilha dourada, mas que nunca se veio a construir, pelo que o enquadramento melhor para a ilha será o desenvolvimento de um diagnóstico social que englobe todos os problemas e necessidades.

Assim, esta investigação contou com a participação de diversos atores sociais ligados a diversas entidades públicas e privadas, bem como dos órgãos locais. Os métodos de investigação utilizados foram as entrevistas qualitativas com o objetivo de obter informação acerca dos problemas e necessidades, seguindo-se de um *focus group* com o objetivo de obter mais informação acerca dos problemas e necessidades identificados nas entrevistas qualitativas.

Como conclusões, foram desenvolvidos alguns eixos de intervenção que consideramos ser prioritários em matéria social. Por fim, também foram desenvolvidas algumas recomendações, que passam pela proposta de criação da Rede Social do Porto Santo, identificando temáticas, equipa de trabalho, bem como as potencialidades e constrangimentos da sua criação.

Palavras-chave: Diagnóstico social; Porto Santo; Territorialização das políticas sociais;

INTRODUÇÃO

Contributos para o Diagnóstico Social do Porto Santo é uma investigação com o propósito de analisar problemas e necessidades existentes no Concelho. Considerei esta investigação um desafio muito grande, mas dado que sou natural da Ilha do Porto Santo, sabia a realidade que iria estudar.

Quando se fala em diagnósticos sociais, falamos num conceito ainda recente. Os diagnósticos sociais foram inicialmente criados com o intuito de fazer uma análise aprofundada das necessidades e problemas sociais de um concelho, como também a elaboração de planos de combate a essas mesmas necessidades e problemas.

A falta de políticas sociais foi uma das principais razões para se formar o que se designa hoje por Rede Social, funcionando como motor para os vários documentos de planeamento: Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação. Assim, podemos referir que a Rede Social faz com que exista uma maior articulação não só das instituições parceiras, como também das políticas sociais e das respostas sociais.

Nesta linha de pensamento, posso referir que a minha principal motivação aquando a escolha do tema foi o facto de poder proporcionar à autarquia as ferramentas necessárias para que esta pudesse avançar com o diagnóstico social, procedendo não só à identificação de alguns problemas e necessidades, como também à elaboração de uma proposta de criação da Rede Social do Porto Santo. Contudo, não será a primeira vez que se assiste a uma tentativa ou a uma proposta de implementação da Rede Social.

Em 2008, a Junta de Freguesia do Porto Santo apresentou uma proposta de criação do Conselho Local de Ação Social, que mais tarde foi levada à Assembleia Municipal, tendo sido aprovado em votação, mas que nunca veio a ser implementado, pelo facto de haver conflitos políticos, partidários e institucionais.

Contudo e de acordo com Guerra (2006:28), “todas as organizações são “dependentes” de outras organizações, no que diz respeito aos “recursos”. Assim, mesmo que o cenário e o ambiente sejam complexos e de conflito, “as redes são o resultado da cooperação mais ou menos

estável, não hierárquica entre as organizações que se conhecem e se reconhecem, negociam, trocam recursos e podem partilhar normas e interesses” (Guerra, 2006: 28)

O concelho do Porto Santo sempre foi conhecido pela sua natureza viva e pela famosa praia, tendo sido distinguida como uma das sete maravilhas de Portugal, em 2012. Porém, esta ilha tem propriedades agrícolas muito favoráveis à produção de alimentos e que há uns anos atrás eram conhecidos nacionalmente, sendo exportados para várias zonas do país. Mais se acrescenta que o Porto Santo também é muito conhecido pelo seu vinho tradicional e pelo património cultural existente. Contudo, hoje em dia o Porto Santo vive à base do Turismo e, por isso, algumas iniciativas têm sido desenvolvidas para promover o destino Porto Santo, com vista a combater o isolamento e a sazonalidade que se assiste nos meses de Outono/Inverno.

Após as eleições autárquicas em 2013, a autarquia deu início ao planeamento de estratégias para promover o Porto Santo, apostando na Marca porto-santense. Em 2015 a autarquia desenvolveu uma campanha que ainda se encontra em vigor, que é a Campanha “Segredo mais bem guardado”. Esta campanha continua a ter um enorme sucesso, sendo concretizada sob a forma de vídeos promocionais do Concelho e do que a ilha tem para oferecer, durante todo o ano. Não só contribuiu para a vinda de muitos turistas, como também para o planeamento de voos charter de várias partes da Europa, tais como, Dinamarca, Londres, Alemanha e Itália. Estima-se que o investimento feito a este nível durante este ano se mantenha durante o próximo ano.

A promoção da Marca Porto Santo consiste também na divulgação do Vinho do Porto Santo, dos produtos artesanais locais, como também dos produtos agrícolas que se cultivam ao longo de todo o ano. Contudo, a autarquia pretende apostar em mais eventos ao longo de todo o verão para cativar mais as pessoas que nos visitam, sejam eles, por exemplo, a animação durante o dia, atividades com crianças, eventos culturais com os grupos que fazem parte da ilha como o Grupo de Folclore do Porto Santo, entre outros. Pretende ainda incentivar nas épocas de inverno, o desenvolvimento de outras ocasiões festivas para promover o comércio local, uma vez que no inverno não existe tanta oferta e procura.

Sendo uma ilha que vive à base do turismo como fora referido anteriormente, a autarquia achou importante que se apostasse na criação do Conselho Municipal do Turismo¹. Este Conselho veio a consubstanciar-se em 2015, contando com o envolvimento das agências de viagens e outras entidades privadas. Com a criação do Conselho Municipal do Turismo, a autarquia pretende promover o diálogo com estas entidades, de forma a “permitir o desenvolvimento de novas formas de intervenção, associadas ao desenvolvimento de atividades e de dinâmicas criativas, emanadas da sociedade civil” (Edital nº 174/2014, Apreciação Pública do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal do Turismo do Porto Santo, 2014).

Para além disto, a autarquia avançou com o Serviço Municipal de Intervenção Social (SMIS). Desde 2008 que tinha sido feita uma listagem de pessoas com vulnerabilidade social, mas nunca tinha sido concretizado o SMIS, até que no ano de 2013 foi implementado. Do Serviço Municipal de Intervenção Social fazem parte a Loja Solidária que engloba vestuário, mobiliário, loiças e apoio alimentar com a entrega de cabazes todos os meses às pessoas identificadas. No entanto, é preciso que em continuidade se prossiga a um levantamento de outras famílias que estejam em situação de desigualdade social e uma avaliação das necessidades das mesmas, uma vez que a autarquia não é a única instituição que ajuda com bens alimentares.

Contudo e, tendo em conta a opinião de um Técnico Superior da Junta de Freguesia do Porto Santo² integrado no estudo, apesar destas estratégias de desenvolvimento local adotadas, a população do concelho tem vivido com grandes dificuldades, referindo que “os contratos celebrados com as unidades hoteleiras são de cinco a seis meses, o que nem possibilita um subsídio social de desemprego”. Também de acordo com a Presidente da Assembleia Municipal do Porto Santo³, esta refere que “embora tenha sido pensado a criação de um plano estratégico para o Concelho há alguns anos, este nunca se concretizou, sendo mais do que urgente neste momento algo nesse sentido, que englobe as temáticas que estão referenciadas”. (Focus group)

Assim, para a realização desta investigação, o caminho pelas técnicas de investigação qualitativas foi o escolhido.

¹ Edital de criação do Conselho Municipal do Turismo do Porto Santo: <http://www.cm-portosanto.pt/wp-content/uploads/2014/09/EDITAL-Reg-Conselho-Municipal-de-Turismo.pdf>

² Atividade de Focus Group, citação da atividade, desenvolvida a 11 de junho de 2016;

³ Idem;

Então, numa primeira fase procedeu-se a uma pesquisa documental e à observação sobre o que estava a acontecer no Porto Santo a nível social, a um levantamento sobre as diversas instituições públicas e privadas de apoio social, como também à realização de algumas reuniões, nomeadamente com o Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo, para perceber em que ponto estaríamos em termos de intervenção social, ou seja, perceber o que havia sido desenvolvido até à data do seu mandato. Durante este período, o recurso aos dados estatísticos foi uma realidade, nomeadamente das questões ligadas ao emprego e à educação.

Numa segunda fase, procedeu-se à elaboração de entrevistas qualitativas, perante uma amostra intencional a oito atores sociais para obter informação inicial acerca de problemas e necessidades do Concelho. Destas entrevistas resultaram as seguintes áreas: Envelhecimento, Desporto, Saúde, Proteção social, Emprego e desemprego.

Por último, desenvolvi uma atividade de *focus group* com o objetivo de aprofundar a informação obtida anteriormente e obter mais informação acerca de problemas e necessidades do Concelho. Esta atividade contou com a participação de sete atores sociais. O desenrolar da atividade levou à concretização dos resultados que são apresentados nesta dissertação, com a finalidade de reportar alguns problemas e necessidades emergentes do Concelho.

Assim, é urgente a criação de parcerias públicas e privadas. É urgente também a criação da Rede Social do Porto Santo e, é também urgente que haja uma aposta e uma consciencialização por parte das entidades envolvidas para que se consiga alcançar o bem comum e a mudança social tão esperada.

I PARTE

I Parte: Política Social e Desenvolvimento Regional e Local

1. Política Social Territorializada

1.1 Diagnósticos Sociais

O enquadramento legal sobre os diagnósticos sociais está presente na Resolução do Conselho de Ministros 197/97 e no Decreto-lei nº 115 de 14 de junho.

Ao longo dos anos, sempre existiu a relação de entreaajuda e solidariedade por todo o país. Podemos referir as instituições particulares, associações, grupos sociais, instituições religiosas e a própria rede familiar e social como a base desta solidariedade social, constituindo-se por todo o país como uma verdadeira rede de proteção social. Ou seja, podemos referir que a solidariedade passa por “uma manifestação de sentimento, com o intuito de confortar, consolar e oferecer ajuda” (Carmo 2014: 73).

As iniciativas realizadas a nível social de proteção e solidariedade foram adquirindo grande impacto por todo o país, havendo necessidade de reconhecimento público da identidade, valores e potencialidades destas instituições de ação social.

Para isso, em 1997, o Governo de António Guterres aprova uma Resolução, que tem como grande objetivo não só dar o reconhecimento público a estas instituições sociais, como também apostar na formação de uma consciência coletiva para os diversos problemas sociais. Esta iniciativa integra, assim, as diversas instituições de caráter social, como também outras entidades locais e nacionais, estabelecendo entre si uma rede que se designa por Rede Social (Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 da Presidência do Conselho de Ministros, 1997).

A principal finalidade da Rede Social passa, então, pelo fomento da solidariedade social, promovendo novas medidas de política social quando necessárias e possíveis, assumindo uma postura ativa de ir ao encontro de outras entidades de caráter social, suscitando assim a sua participação e diálogo acerca dos problemas sociais (Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 da Presidência do Conselho de Ministros, 1997).

Assim, com o envolvimento de todos os parceiros, potencia-se um planeamento integrado e participado, contribuindo para uma melhor prestação de serviços e de equipamentos sociais.

Este planeamento integrado e participado contribui, também, para o desenvolvimento social local através do diagnóstico social, do plano de desenvolvimento social, do plano de ação e do sistema de informação.

Assim sendo e tendo em conta que o Porto Santo é uma ilha pequena, com grandes dificuldades e sem construção de um plano estratégico, considera-se importante a criação da Rede Social e a construção do diagnóstico social, que indique as problemáticas e necessidades do Concelho.

Os princípios e constituição da Rede Social, como fora referido anteriormente, são definidos no Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de junho. Norteada pela subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género, a rede social é definida como uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados com o intuito de cumprir os seguintes sete objetivos:

- “1. Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
2. Promover o desenvolvimento social integrado;
3. Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
4. Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI);
5. Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
6. Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
7. Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.” (Decreto-lei nº 115/2006 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006).

A operacionalização da rede social realiza-se através da constituição do Conselho Local de ação social (CLAS) – de âmbito concelhio; e de Comissões Sociais de Freguesia (CSF) – definidas ao nível da freguesia.

O Conselho Local de Ação Social é um organismo de âmbito concelhio, como fora referido anteriormente. A este Conselho faz parte o Presidente da Câmara Municipal, o

Presidente da Junta de Freguesia, as entidades do sector público, nomeadamente das áreas do emprego, segurança social, educação, saúde, justiça, administração interna, obras públicas e ambiente e também todas as outras instituições que desenvolvam respostas sociais (Decreto-lei nº 115/2006 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006).

O CLAS pode ainda integrar “entidades sem fins lucrativos, tais como associações sindicais, associações empresariais, instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, organizações não-governamentais, associações humanitárias, associações de desenvolvimento local, associações culturais e recreativas e outras instituições do sector cooperativo e social” (Decreto-lei nº 115/2006 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006: 4278).

Este órgão executivo é responsável por criar grupos de trabalho temáticos; fomentar a participação e articulação entre os parceiros públicos e privados, atuando na resolução dos problemas locais; promover a realização participada do diagnóstico social, do plano de desenvolvimento social e dos planos de ação anuais (Decreto-lei nº 115/2006 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006: 4278).

Como fora referido anteriormente, o processo de planeamento da intervenção na rede social assenta na rentabilização dos recursos locais e tem como grande finalidade o desenvolvimento social local, através da criação dos documentos de planeamento, tais como, o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e os planos de ação.

O diagnóstico social é um instrumento dinâmico, resultante da participação e envolvimento de todos os parceiros da rede social. Contribui para o conhecimento e compreensão da realidade, através da identificação de necessidades para um concelho, da deteção de problemas sociais e as respetivas causas, bem como de recursos, potencialidades e constrangimentos associados (Decreto-lei nº 115/2006 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006: 4278).

O plano de desenvolvimento social é “um plano estratégico que se estrutura a partir dos objetivos do PNAI e que determina eixos, estratégias e objetivos de intervenção, baseado nas prioridades definidas no diagnóstico social.” (Decreto-lei nº 115/2006 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006: 4278).

Podemos concluir que o diagnóstico social consiste no retrato populacional da situação socioeconómica de um concelho, seguindo-se do plano de desenvolvimento social que consiste na elaboração de estratégias de intervenção social para combater os problemas e necessidades de um concelho, seguindo-se do plano de ação que são as atividades a desenvolver para combater as lacunas existentes.

1.2 Desenvolvimento Local

Quando falamos em desenvolvimento, falamos em estratégias, objetivos, instrumentos e avaliação. Podemos referir que estas palavras fazem parte do pilar básico de qualquer política económica regional (Cabugueira, 2000).

Os objetivos da Política Económica Regional nunca foram sempre iguais, tendo tido muitas mutações ao longo dos anos. Nos anos 50, a política económica regional estava mais centrada na resolução de problemas de natureza social, nomeadamente o desemprego, do que propriamente os problemas de natureza económica (Cabugueira, 2000). Contudo, nos finais dos anos 50 e inícios dos anos 60, reconhece-se a interdependência da política nacional e regional, focando-se assim os problemas de natureza económica.

Nos anos 80/90, a política económica regional viria a se incorporar na política global, proporcionando assim uma consciencialização acerca dos eixos de atuação das políticas públicas (Cabugueira 2000). De acordo com Simão Lopes (1995: 282-283 *cit in*. Cabugueira 2000: 113), “o fim último é o desenvolvimento, qualificado ainda por preocupações de justiça económica e social, equilíbrio ecológico, defesa do ambiente e qualidade de vida”, ou seja, refere que os meios para atingir o desenvolvimento serão meios de crescimento, uma vez que irá responder aos problemas próprios de cada região.

Podemos assim concluir que, durante muitos anos, o que se denominava por política económica regional ganhou outro significado a partir dos anos 80, começando a surgir o conceito que hoje em dia é muito utilizado, que é o de desenvolvimento local.

O conceito de desenvolvimento local veio reforçar as políticas de atuação, uma vez que começaram a aparecer estratégias e iniciativas económicas que já não afetavam as decisões apenas da administração central do Estado e das grandes empresas (Cabugueira, 2000). Fica para trás o tempo em que os administradores locais apenas se preocupavam em gerir os serviços públicos, apostando-se assim nas agências de desenvolvimento e em formas flexíveis de atuação (Cabugueira, 2000). Passamos a ter o desenvolvimento de ações para a resolução de problemas concretos, mas também um caráter inovador na implementação e desenho das políticas de atuação para resolver esses mesmos problemas (Cabugueira, 2000).

Atualmente, existem diversas formas de desenvolvimento local. Podemos referir, por exemplo, o empreendedorismo, que é um conceito recente mas com grande impacto para as políticas públicas e sociais. Este conceito prende-se com os conceitos de inovação social (caraterizado por ter a garantia de justiça social como base de atuação, assentando em três pilares: “satisfação de necessidades básicas materiais ou imateriais, mudança das relações sociais e capacitação” (Ferreira, s/d)), capital social (o que possibilita a cooperação entre duas partes), e o conceito de economia social ou solidária (“reside no princípio da solidariedade e reciprocidade, consubstanciado em novas soluções institucionais e metodologias de intervenção” (Quintão, 2004 *cit in*. Couto 2012: 49). As estratégias de empreendedorismo pretendem resolver um problema e permitem transformar o conhecimento em novos produtos, gerar riqueza, novos métodos de produção, como também novas formas de organização.⁴

Esta forma de desenvolvimento é cada vez mais visível em Portugal, nomeadamente através de incentivos por parte dos Institutos de emprego, das Autarquias locais e até, através de fundos da União Europeia.

A nível Europeu, podemos destacar outras estratégias que pretendem apostar no desenvolvimento dos países da União Europeia, nomeadamente através da criação de parcerias, apoios à investigação em ciência e tecnologia e, também o apoio ao investimento de pequenas e médias empresas (PME). Estamos a falar da Política de Coesão, que de acordo com alguns resultados e dados divulgados, durante o horizonte temporal de 2007-2013, estima-se que tenham sido criados na União Europeia cerca de 189 000 postos de trabalho pelos projetos realizados (Hahn, 2012). A nível empresarial, perto de 24 000 empresas em fase de arranque receberam apoio e, mais de 100 000 pequenas e médias empresas receberam auxílio para investir e inovar (Hahn, 2012). A nível tecnológico, foram apoiados 19 000 projetos de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de inovação e, 6 000 projetos de investigação-cooperação empresarial (Hahn, 2012). Neste momento, encontra-se em desenvolvimento a Política de Coesão 2014-2020, com uma maior aposta nas parcerias, garantindo assim que “os conhecimentos especializados dos vários parceiros nas suas respetivas áreas de atividade são eficazmente mobilizados e garante uma utilização mais eficiente dos recursos da UE, que representam um terço do orçamento da UE” (Hahn, 2012).

⁴ <http://www.significados.com.br/empreendedorismo/>

Em 2009, ainda no âmbito dos fundos estruturais, “entrou em vigor um conjunto de medidas para aumentar o impacto e a flexibilidade da política de coesão da UE. [...] Por exemplo, foi acordado um pagamento adiantado de 6,25 milhões de euros para os programas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE), para aumentar o fluxo da caixa das autoridades nacionais, regionais e locais” (Hahn, 2012). Assim, estes fundos ajudam a União Europeia a recuperar da crise económica, uma vez que “representam um passo positivo e bem-vindo para permitir a continuidade de investimentos gerados de crescimento” (Hahn, 2012).

Portugal é um dos cinco países que estão abrangidos por estes fundos estruturais, no âmbito do programa de assistência económica, nomeadamente com o projeto *Requalificação urbana da Urbanização de Vila D’Este – Vilar de Andorinho – Fase 1 – Vila Nova de Gaia*, que “visa promover a eficiência energética dos edifícios residenciais” (Hahn, 2012: 14). Este projeto tem um investimento total de 5,2 milhões de euros, sendo que a União Europeia apoia com 4,2 milhões de euros (Hahn, 2012).

Ainda no quadro português, existe o projeto *Expansão biotecnológica*, em Aveiro, e que se traduz na “expansão do Parque tecnológico de Cantanhede e consiste na construção de uma instalação para empresas de biotecnologia e algumas infraestruturas de apoio à sua atividade com principal destaque para os serviços laboratoriais” (Hahn, 2012: 14). Este projeto conta com um investimento total de 3,89 milhões de euros, sendo que a contribuição da União Europeia é de 50%. Os outros países que estão a ser, também, cofinanciados por este programa são a Grécia, a Letónia, a Irlanda e a Roménia.

A nível Regional, o Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o período 2014-2020 designado “Compromisso Madeira@2020”, “prevê que a coesão social territorial deverá centrar-se no esforço de atenuação da macrocefalia do território regional” (Participada, 2016). Assim, assistiremos a um maior esforço dos parceiros económicos e sociais, nomeadamente no que diz respeito ao emprego e à inclusão social (Participada, 2016).

Mais se acrescenta que, os Fundos Sociais Europeus deverão ser utilizados “combinando incentivos à criação de emprego, formação de competências e a redução do abandono escolar, com intervenções de combate à pobreza e exclusão, de melhoria do acesso aos cuidados de saúde e de inclusão social” (Participada, 2016).

Ao nível do Governo Regional da Madeira, em 2015 com a entrada do novo governo⁵, houve uma sensibilização e criação de novas estratégias⁶ de desenvolvimento local para a ilha dourada. Estas estratégias de desenvolvimento local estão presentes no Programa do XII Governo Regional de Miguel Albuquerque, podemos dividir em sete áreas de atuação: transporte e turismo, apoio social, educação e desporto, agricultura e ambiente.

No âmbito do transporte e turismo⁷, o governo tem como objetivos o combate à sazonalidade através da criação de eventos de cariz cultural e desportivo, dando assim a oportunidade de serem desenvolvidos novos projetos e de fomentar a adesão de turistas. A isto acresce o desenvolvimento do subsídio de mobilidade⁸ a nível de transporte marítimo e aéreo, que também foi uma aposta deste novo governo durante o ano de 2015 e 2016.

Durante o ano de 2016, também se assistiu à concretização de medidas de incentivo às mobilidades inter ilhas, com a consolidação dos voos *charter* de Itália, Londres e Dinamarca durante o inverno e o verão, reforçando assim as acessibilidades, combatendo a sazonalidade e promovendo o Porto Santo a outros países. É também estratégia do novo governo promover em conjunto com a autarquia local, a Marca Porto Santo, fomentando a promoção turística e apostando na autenticidade da ilha e da sua população.

Em relação à área da educação e desporto⁹, o governo pretende dar novos incentivos à prática desportiva principalmente como atividade de lazer, reativando equipamentos que estão encerrados pela falta de dinheiro para a manutenção, tais como, o complexo de piscina e o complexo de ténis do Porto Santo. Tem ainda como objetivo o desenvolvimento do desporto local através da Associação de Desporto do Porto Santo.

O governo regional pretende também durante o seu mandato, ao nível da agricultura¹⁰, dar alguns incentivos em relação à produção agroalimentar. Este pretende tornar o cultivo de

⁵ XII Governo Regional da Madeira: Presidente Miguel Albuquerque - tomada de posse a 20 de abril de 2015.

⁶ Orientações estratégicas do Programa do XII Governo Regional da Madeira:
<http://www.alam.pt/images/stories/XI-LEGISLATURA/I-LEGISLATIVA/fotos-noticias/PDF%20Prog%20Governo/Programa%20do%20XII%20Governo%20Regional%20da%20Madeira.pdf>

⁷ Idem

⁸ Decreto legislativo regional nº 6/2015/M, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira – Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2015.

⁹ Idem

¹⁰ Idem

alimentos como fonte de rendimento para o povo da ilha dourada, sendo uma estratégia de combate ao desemprego local.

Além disto, o governo quer incentivar a formação dos jovens nesta área e, também, fomentar o consumo de produtos agrícolas produzidos na ilha para as unidades hoteleiras locais e regionais.

No âmbito da área social¹¹, as estratégias passam pela criação de uma rede de apoio às famílias mais vulneráveis, com a coordenação do próprio governo regional, reunindo apoios de entidades públicas e privadas com o objetivo de chegar ao maior número de pessoas em situação de desigualdade. As áreas de atuação desta estratégia serão o envelhecimento, a habitação social, o serviço de apoio domiciliário e, também, o transporte e acompanhamento de doentes que necessitem de internamento ou de outros cuidados de saúde.

Por fim, ao nível do ambiente e recursos naturais,¹² o governo pretende criar políticas regionais de conservação da natureza, registando assim todas as ocorrências que documentam a história geológica da ilha do Porto Santo. Podemos também referir o facto de o Porto Santo ter um património cultural e turístico autêntico, como os picos que o tanto caracteriza e a enorme praia cheia de qualidades terapêuticas que atrai muitos turistas para a ilha. O Porto Santo conta com os serviços de talassoterapia, que são tratamentos à base da areia da praia. A areia sendo terapêutica, ajuda as pessoas com doenças nos ossos, como a osteoporose, melhorando as condições de saúde das mesmas.

Todas as estratégias referidas anteriormente por parte do Governo Regional da Madeira, têm o horizonte temporal de quatro anos para serem desenvolvidas, a duração do mandato. Algumas destas estratégias já estão a ser postas em prática, outras ainda não, pelo que se espera que sejam postas em prática brevemente, melhorando assim as condições de vida dos cidadãos do Concelho e consequentemente contribuir para a equidade social.

¹¹ Idem

¹² Idem

1.3 Contextualização Socioeconómica e Demográfica do Concelho

O Concelho do Porto Santo insere-se territorialmente no Arquipélago da Madeira. Este arquipélago é atualmente formado por três Ilhas habitáveis e uma inabitável: as **Ilhas Selvagens**, a **Ilha da Madeira**, composta por dez Concelhos (Porto Moniz, Calheta, Ribeira Brava, Santana, Santa Cruz, Ponta do sol, São Vicente, Funchal, Câmara de Lobos e Machico), a **Ilha do Porto Santo**, composta apenas por um Concelho, o Concelho de Porto Santo, constituindo a Ilha mais pequena do Arquipélago da Madeira.

Por fim, a Ilha inabitável é composta pelas **Desertas**. A nível político e administrativo, este arquipélago constitui atualmente a Região Autónoma da Madeira.



Imagem 1: Arquipélago da Madeira

A ilha da Madeira constitui a principal rede de fornecimento de produtos e serviços à Ilha do Porto Santo. Porém, o Porto Santo tem vindo ao longo dos anos a aumentar os seus níveis de exportação, nomeadamente através da agricultura.

Porém, existem alguns acontecimentos que surgiram no Porto Santo que valem a pena relembrar, uma vez que fazem parte do património histórico do Concelho, como é o caso da Fábrica das Águas do Porto Santo e os Moinhos de Vento do Porto Santo¹³.

Em 1893, as águas do Porto Santo foram reconhecidas, sendo incentivada a produção de água mineral, que veio dar origem à primeira e única fábrica de água mineral na Região Autónoma da Madeira. Esta água mineral, em 1918, venceu o prémio internacional de melhor qualidade de água mineral, no Rio de Janeiro.

¹³ História do Porto Santo – Câmara Municipal do Porto Santo: <http://www.cm-portosanto.pt/porto-santo/historia/>

Infelizmente, atualmente, esta fábrica encontra-se encerrada, não se sabendo quando voltará ao ativo.



Imagem 2: Garrafa de água mineral do Porto Santo



Imagem 3: Fábrica das águas do Porto Santo

Na Ilha do Porto Santo como património histórico temos, também, os Moinhos de Vento do Porto Santo, não estando a funcionar atualmente, mas que em tempos serviam para moer a cevada, o trigo e a farinha que se cultivava. O primeiro moinho de vento, segundo alguns historiadores, surgiu no ano de 1794.

Hoje, os moinhos existentes no Concelho são considerados imagens emblemáticas do Concelho, tendo sido criados devido, não só, ao relevo baixo da Ilha como também, devido ao soprar dos ventos de vários quadrantes, característica comum do Porto Santo.



Imagem 4: Moinhos de Vento

Em geral, o Porto Santo sempre foi uma Ilha cheia de surpresas e com características únicas. A população deste Concelho descreve o Porto Santo como sendo um poço de refúgio e de

abrigo. No entanto, a população do Porto Santo tem vindo a sofrer algumas alterações, caraterizado também pelos movimentos migratórios que temos assistido ao longo dos anos.

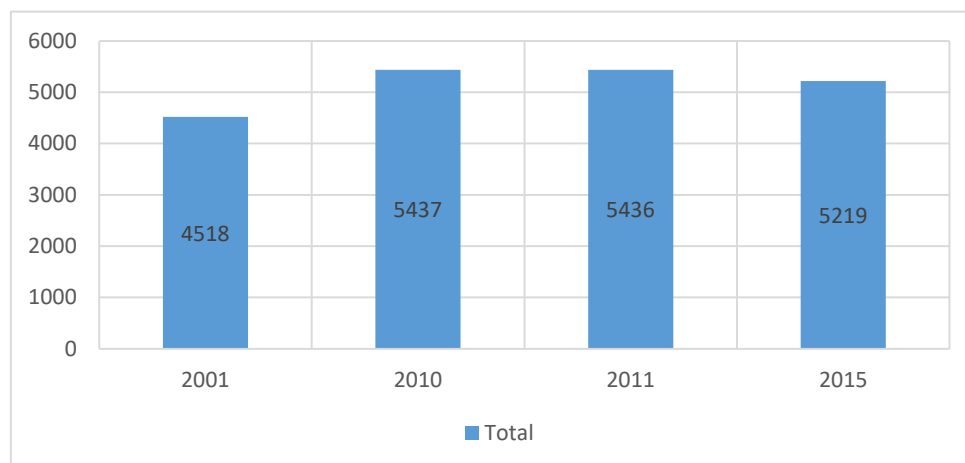


Gráfico 1: População residente no Concelho do Porto Santo (2001-2015)

Fonte: INE – Resultados Censos 2011 e Pordata

Como fora referido anteriormente, ao longo dos anos a população residente tem vindo a sofrer algumas alterações, verificando-se uma quebra ainda significativa de 2011 para 2015. Esta quebra poderá estar associada às emigrações, uma vez que a situação económica atual do país não é favorável nem de confiança para a população portuguesa.

Contudo, também se assiste ao contrário. Muita população imigra do seu país de origem à procura de melhores condições de vida, sendo que, no caso porto-santense, a maior parte é população do sexo masculino que exerce profissão na construção civil. Muita desta população, com o passar dos anos tornaram-se residentes, podendo assim exercer o direito a voto e ter direito a outros benefícios.

Ainda no âmbito dos movimentos da população, as principais áreas que estão na base deste fluxo tão grande de migrações são a saúde, educação e a área social. Em Portugal, mais concretamente na Região Autónoma da Madeira, existe muita população destas áreas que não conseguem colocação, o que as leva a emigrar para países que a possam acolher. Assim, durante vários anos seguidos, sobretudo desde 2011, que a população está a emigrar em grande percentagem, proporcionando um saldo migratório negativo.

Tabela 1: Movimentos da População (2004 – 2014)

Ano:	Saldo Migratório:
2004	2 013
2009	1 839
2010	1 357
2011	- 3 655
2013	- 1 181
2014	- 1 634

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira

No que concerne à estrutura etária do Concelho do Porto Santo, podemos indicar o forte envelhecimento da população idosa, acompanhando um processo que caracteriza o próprio país.

Este envelhecimento demográfico poderá estar diretamente relacionado com as novas condições de vida e com os avanços da medicina, sobretudo ao nível de certo tipo de doenças.

Na Região Autónoma da Madeira, o Índice de Envelhecimento tem vindo a aumentar ao longo dos anos, sendo mais acentuado nos Concelhos da Calheta, Porto Moniz, Santana e São Vicente, como se pode verificar na tabela abaixo apresentada.

Tabela 2: Índice de Envelhecimento na RAM, por Concelho (1960 – 2011)

Concelho:	1960	2011
Calheta	27,0 %	150,4 %
Câmara de Lobos	11,8 %	48,3 %
Funchal	20,7 %	109,10 %
Machico	14,8 %	89,1 %
Ponta do Sol	21,6 %	101,8 %
Porto Moniz	17,6 %	203,3 %
Ribeira Brava	17,9 %	94,1 %
Santa Cruz	20,8 %	53,8 %
Santana	18,0 %	180,6 %
São Vicente	15,2 %	161,8 %
Porto Santo	20,9 %	89,4 %

Fonte: INE – Resultados Censos 2011

Podemos, também, concluir com esta tabela que a diminuição da natalidade e o progressivo envelhecimento da população, faz com que surja a necessidade de criar políticas sociais de incentivo à natalidade. A este nível, é importante analisar os índices de dependência: idosos, jovens e total.

O índice de dependência de idosos tem vindo constantemente a aumentar de ano para ano, enquanto que o índice de dependência total diminuiu de 2011 para 2015 para 36%. Isto significa que mesmo que se tenha verificado um agravamento do índice de dependência de idosos ao longo dos anos, o índice de dependência de jovens tem vindo a diminuir, sendo a causa da respetiva redução do índice de dependência total.

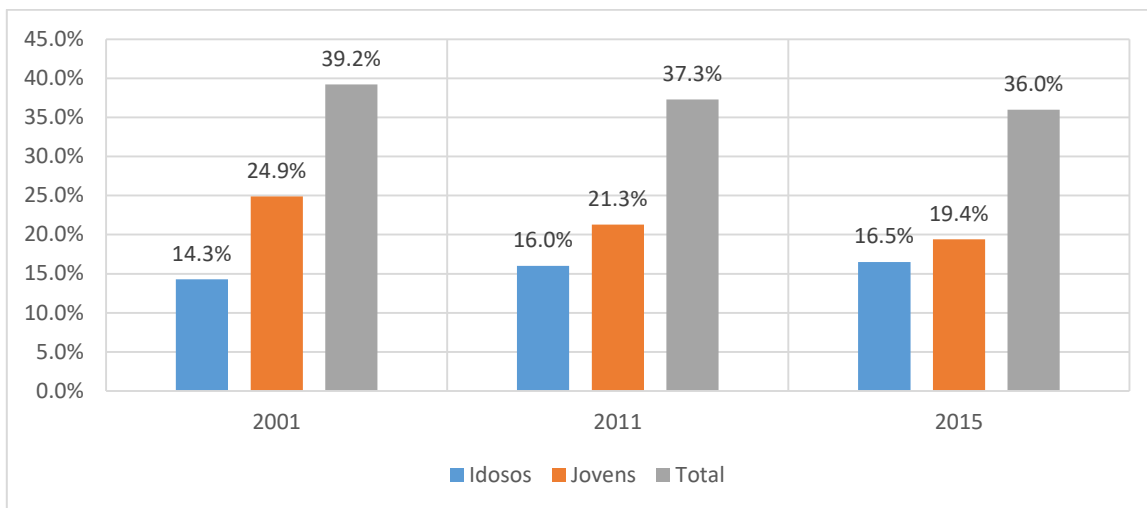


Gráfico 2: Índices de Dependência no Porto Santo (2001 – 2015)

Fonte: Pordata

Também a este nível e para concluir, é importante verificar que o Índice de Longevidade tem vindo sempre a aumentar, ou seja, por cada 100 idosos existem cada vez mais pessoas com idade compreendida entre os 75 e mais anos.

Na Região Autónoma da Madeira, de acordo com a tabela 3 abaixo representada, os Concelhos de Calheta, Porto Moniz, Santana e São Vicente, são os que apresentam uma maior percentagem. No Concelho do Porto Santo o índice representa 45,8 % no ano de 2015.

Uma das razões para este aumento contínuo do índice de longevidade, poderá ser o facto das entidades públicas e privadas ao nível da saúde, estarem especialmente atentos no que concerne à prestação de cuidados a esta população, como também, os avanços que se tem verificado no âmbito da medicina. Apesar da crise económica que não é nada animadora para o nosso país, o sistema nacional de saúde com os recursos que tem, consegue prestar um bom serviço. Contudo, no caso madeirense e com tão poucos hospitais que existem na Região Autónoma da Madeira, surge a necessidade de recrutar mais recursos humanos e materiais, mas que com a crise económica não há lugar para muitos que querem seguir a área da saúde.

Tabela 3: Índice de Longevidade na RAM, por Concelho (2001 – 2015)

Concelho:	2001	2011	2015
Calheta	41,8 %	50,1 %	53,2 %
Câmara de Lobos	36,1 %	43,6 %	42,3 %
Funchal	40,1 %	44,7 %	44,3 %
Machico	40,9 %	43,8 %	44,0 %
Ponta do Sol	40,3 %	47,8 %	50,4 %
Porto Moniz	42,1 %	54,7 %	55,5 %
Ribeira Brava	42,0 %	47,9 %	49,0 %
Santa Cruz	41,9 %	44,5 %	44,1 %
Santana	37,3 %	52,6 %	54,3 %
São Vicente	37,9 %	51,2 %	55,4 %
Porto Santo	33,5 %	43,1 %	45,8 %

Fonte: Pordata

2. Enquadramento legal sobre os Diagnósticos Sociais

2.1 Estatuto Autónomo da Região Autónoma da Madeira

A Lei nº 130/99 de 21 de agosto estabelece o estatuto autónomo e administrativo da Região Autónoma da Madeira.

O artigo 5º da presente lei, que aborda a questão da autonomia política, administrativa, financeira, económica e local, é o artigo chave acerca do estatuto da Região. Esta autonomia visa a participação e a integração de todos os cidadãos e a promoção da defesa dos valores e interesses dos seus cidadãos. A solidariedade e a subsidiariedade também estão presentes em todo este processo, abrangido pelo artigo 11º, em que nos diz que o processo de intervenção local é feita pelo nível da Administração, contando sempre com a parceria do Estado (Decreto-Lei nº 130/99 da Assembleia da República, 1999).

Em relação à lei nº 115/2006 de 14 de junho, os municípios, a partir da data de entrada em vigor, que pretendem concorrer a fundos europeus e comunitários, têm de constituir a Rede Social e concorrer a projetos sociais, construindo o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social.

Ao nível da Região Autónoma da Madeira, o processo de candidatura a fundos comunitários por parte dos municípios é mediado pelo Instituto de Desenvolvimento Regional. Assim, não tendo sido exigido por este Instituto a constituição da Rede Social e a aprovação dos documentos estratégicos, provavelmente os municípios acabaram por não constituir a Rede Social.

Contudo, começam a surgir os primeiros passos neste sentido, com os Concelhos de Câmara de Lobos, que concluíram o seu primeiro diagnóstico social este ano, com uma intervenção participada em conjunto com a população, e no município do Funchal, com o desenvolvimento da Carta Educativa e Carta Social.

II PARTE

II Parte: Contributos para o Diagnóstico Social e Rede Social do Porto Santo

1. Opções Metodológicas

A presente investigação intitulada “Contributos para o Diagnóstico Social do Porto Santo” resultou da aplicação de técnicas qualitativas. A investigação tem como objetivos a recolha de informação e a caracterização do Concelho, nomeadamente, dos problemas e necessidades existentes. Podemos referir que o presente estudo foi feito por etapas metodológicas, tendo no total 4 etapas.

A **primeira etapa** correspondeu à revisão do trabalho teórico, com a pesquisa de outros diagnósticos sociais já existentes em Portugal. Esta pesquisa documental permitiu não só analisar as metodologias utilizadas nos diagnósticos, como também definir a metodologia a ser usada no presente estudo. Nesta etapa foi também feita alguma análise estatística, como também foi adotada a técnica de observação não estruturada. De acordo com Pardal (2011), a observação não estruturada “tem interesse numa fase exploratória do estudo, como processo de encaminhar a própria estruturação da observação” (p. 72).

Assim, após a revisão de literatura e a análise estatística, procedeu-se então à identificação dos organismos públicos e privados, das instituições públicas e privadas de apoio social, com o objetivo de fazer um levantamento sobre as que interessavam para o referido estudo e, desta forma, selecionar a amostra. Desta identificação foi-nos possível não só selecionar a amostra, como também elaborar uma análise SWOT, que corresponde ao pré-diagnóstico.

Tabela 4: Análise SWOT – Porto Santo

Pontos Fortes	Pontos Fracos
1. Centro de Emprego do Porto Santo 2. Caraterísticas turísticas do Município (Praia, Natureza) 3. Caraterísticas históricas do Concelho 4. Movimento “Somos Porto Santo”	1. Baixos níveis educacionais 2. Elevada taxa de desemprego 3. Elevada taxa de desemprego jovem 4. Desemprego de longa duração (população acima dos 40 anos)

<p>5. Qualificação de Jovens em diversas áreas de atuação (Turismo, Mecânica, Restauração, Línguas) – Cursos Profissionais e Cursos de Educação Escolar (domínio escolar)</p> <p>6. Serviço Municipal de Intervenção Social da Câmara Municipal do Porto Santo</p>	<p>5. Subsidiodependência (nos meses de Inverno)</p> <p>6. Dependência de meios de transporte (marítimos e aéreos): nos meses de Inverno são quase inexistentes</p> <p>7. Isolamento</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>1. Globalização</p> <p>2. Dinamização do Turismo Municipal</p> <p>3. Requalificação de sítios atrativos da Ilha</p> <p>4. Ações de solidariedade: Voluntariado</p> <p>5. Empreendedorismo Social</p> <p>6. “Marca Porto Santo”: Crescimento a nível nacional e internacional</p> <p>7. Políticas de apoio ao emprego (Estágios, Formação profissional)</p>	<p>1. Envelhecimento demográfico</p> <p>2. Crise económica atual</p> <p>3. Sazonalidade</p> <p>4. Pobreza e exclusão social: Crise social/ de valores</p>

Fonte: A própria

Esta análise swot aqui apresentada, retrata a fotografia do concelho na medida em que não só se consegue ter uma perspetiva do que é interno ao concelho como as instituições públicas e privadas e uma pesquisa estatística, como também tem a parte externa ao concelho que, na sua maior parte, é fruto do que se passa em Portugal, mas com algumas oportunidades que não são muito visíveis no concelho e que se poderia dar uma maior aposta, como é o caso do empreendedorismo social e das ações de solidariedade ligadas ao voluntariado.

Relativamente à amostra selecionada, esta foi intencional e os atores sociais presentes no estudo foram selecionados por áreas de atuação. No total, foram selecionados 13 atores sociais das instituições abaixo identificadas:

- ❖ Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo
- ❖ Presidente da Junta de Freguesia do Porto Santo
- ❖ Presidente da Assembleia Municipal do Porto Santo
- ❖ Técnico Superior da Junta de Freguesia do Porto Santo
- ❖ Deputado do Governo Regional
- ❖ Departamento de Desporto da Câmara Municipal do Funchal
- ❖ Movimento “Somos Porto Santo”
- ❖ Agência de Turismo Lazermar
- ❖ Instituição Vicentina
- ❖ Técnico superior da área da Educação
- ❖ Técnico superior da área da Saúde do Centro de Saúde do Porto Santo
- ❖ Técnico superior da Segurança Social
- ❖ Cidadão ligado ao comércio local

Após a seleção dos atores sociais que estariam implicados no estudo, procedeu-se à **segunda etapa**, que foi a criação do guião de entrevista individual, sendo a técnica de primeiro contacto com os atores sociais. O guião de entrevista foi criado com o objetivo de recolher informação rápida e fácil acerca de problemas e necessidades do concelho, do estado da intervenção social no concelho, como também acerca de questões que consideravam importantes serem aprofundadas num debate coletivo (ver anexo I).

As entrevistas foram desenvolvidas em grande parte no concelho do Porto Santo e outras via *Skype*, a oito atores sociais, uma vez que nem todos os atores sociais selecionados para o estudo puderam participar no mesmo. Destas entrevistas individuais resultaram as seguintes áreas: envelhecimento, desporto, saúde, proteção social, emprego e desemprego.

Tendo o conhecimento inicial acerca dos problemas e necessidades do concelho e do estado da intervenção social, procedeu-se à **terceira etapa**, com o desenvolvimento da técnica de investigação Focus Group.

Esta técnica é muito utilizada em situações de investigação virada para a ação, ou seja, uma metodologia participativa. Como refere Pardal (2011), “as características do problema em estudo e a necessidade de produção de um projeto de mudança social representam algumas das condicionantes do tipo de investigação-ação a desenvolver” (p. 45). Ainda citando o mesmo autor, na linha de pensamento de Kurt Lewin, refere como principais a investigação-ação “diagnóstica, participativa, empírica e experimental, cada uma com a sua especificidade, apesar de diversos pontos em comum: a investigação diagnóstica centrando-se no projeto de mudança; a participativa, na pesquisa e análise; a empírica, na ação ou no trabalho a desenvolver; a experimental, num programa piloto, suscetível de ser transposto para outros contextos” (Resweber, 1995 *cit in*. Pardal, 2011: 45).

Em relação à atividade de discussão focus group, esta envolveu as diversas instituições, como também uma pessoa ligada ao comércio local no processo de identificação dos problemas e necessidades, proporcionando assim um diálogo construtivo e coletivo, informal e abrangente com os interessados no estudo, sobre os problemas, as necessidades e possíveis soluções para colmatar lacunas existentes no Concelho. Esta atividade contou com a participação de oito atores sociais concretizada no mês de Junho de 2016, no auditório da Câmara Municipal do Porto Santo, pelas 10h da manhã. Foi desenvolvida apenas uma sessão, sendo que esta teve a duração de duas horas no total.

É de salientar que, no momento inicial da atividade grupal, a investigadora em diálogo com os atores sociais integrados no estudo, acabou por acordar não revelar as suas identidades, respeitando assim a privacidade de cada um. Assim, adotámos o termo de “técnico superior” para todos os trabalhadores das diversas áreas de intervenção e, para os restantes intervenientes eleitos adotámos o termo correto de acordo com as funções que desempenham, como Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo, Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Junta de Freguesia do Porto Santo.

Para esta atividade foi desenvolvido um plano de trabalho, em que constavam os objetivos do focus group, que passavam pela contribuição da investigadora para o diagnóstico social do Porto Santo, num debate de partilha e de experiências. Foi também desenvolvido o guião com as diversas perguntas a serem debatidas na discussão, que foram distribuídas aos vários atores sociais presentes na atividade. O guião da atividade incorporou questões iniciais relativas ao conhecimento sobre a legislação dos diagnósticos, sobre a sua própria criação por Portugal e à relevância da criação de um para o Porto Santo. As questões de aprofundamento foram relativas ao diagnóstico de problemas e necessidades, possíveis linhas de intervenção e recursos que seriam necessários para combatermos os problemas e necessidades identificados. As questões finais recaíram sobre a opinião dos atores sociais sobre a criação da Rede Social do Porto Santo, nomeadamente acerca das instituições que deveriam incluir, que potencialidades e fragilidades iriam trazer para a autarquia e que recursos seriam necessários para proceder à sua criação.

Além disso, foi também elaborada uma ficha de caracterização, um certificado de presença e um questionário de avaliação da atividade (ver anexo IV), que fora distribuído em conjunto com a legislação que contempla a criação da Rede Social. O questionário de avaliação da atividade contemplava não só uma avaliação ao nível da logística, como também ao nível do impacto que a atividade teve na instituição que cada ator social representava. Aquando da análise dos questionários de avaliação da atividade grupal, verificámos que a avaliação que os atores sociais concluíram da atividade foi muito positiva em todos os aspetos que eram apresentados, sendo que e de acordo com alguns representantes das instituições presentes no estudo, estes iriam adotar algumas das atividades e medidas que haveriam sido discutidas na atividade.

Contudo, é de salientar que ao longo da investigação surgiram alguns entraves ao nível da recolha de informação, uma vez que alguns atores sociais estão apenas destacados no Porto Santo, carecendo de autorização superior para integrar o estudo. Assim, podemos referir que os técnicos ligados à Segurança Social não puderam participar no estudo, uma vez que a investigadora nunca obteve uma resposta por parte dos superiores da respetiva instituição. Na atividade grupal também surgiram alguns conflitos entre os representantes das instituições, nomeadamente conflitos políticos e partidários que foi um pouco complicado de lidar. Também, convém referir que as entrevistas individuais foram elaboradas a atores sociais que posteriormente não conseguiram estar presentes na discussão coletiva e vice-versa.

Por fim, a **quarta etapa** correspondeu à análise de conteúdo e à apresentação dos dados. Nesta fase, a análise dos dados foi feita através de todo o material que havia recolhido em todas as técnicas utilizadas. Ou seja, a recolha de informação pela análise documental e estatística, pelas entrevistas individuais e pelo focus group.

A apresentação dos resultados foi feita através da junção de todas as técnicas adotadas, técnicas que foram referidas anteriormente. Procedeu-se à apresentação dos dados sendo que alguns problemas e necessidades aqui apresentados, são sob a forma de discurso direto, uma vez que é importante realçar as opiniões e a partilha de informação por parte dos atores sociais.

Tabela 5: Quadro de síntese das etapas metodológicas

Etapas	Descrição fase metodológica	Técnicas utilizadas
Etapas 1	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão do trabalho teórico da análise documental - Levantamento estatístico: caracterização socioeconómica e demográfica; - Levantamento e análise de equipamentos/instituições e recursos sociais (públicos e privados); 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise documental e estatística - Observação não estruturada
Etapas 2	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um guião de entrevista; - Entrevista a 8 atores sociais; - Objetivos: Recolha de informação inicial acerca dos problemas e necessidades do concelho; 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas qualitativas individuais
Etapas 3	<ul style="list-style-type: none"> - Ação participada e de partilha de informação acerca dos problemas e necessidades do concelho; - Aprofundamento de questões relativas ao diagnóstico social e à rede social do concelho; 	<ul style="list-style-type: none"> - Focus group
Etapas 4	<ul style="list-style-type: none"> - Análise e apresentação de resultados: Junção de três técnicas de investigação: Análise documental, entrevistas e focus group; 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de conteúdo

Fonte: Desenhado pela própria

2. Análise de Discussão dos dados – Diagnóstico de Problemas e Necessidades

2.1 Recursos para a Infância e Juventude

De todos os problemas sociais e necessidades identificados, a infância e a juventude assumiram bastante importância, uma vez que se tem verificado muitas lacunas neste âmbito. Os jovens do Porto Santo mostram-se bastante descontentes e desmotivados, por estarem longe de tudo, por não terem emprego (os que não apostam no ensino superior), por estarem descontentes com a situação atual do país e, também, com o próprio estabelecimento de ensino que frequentam que está num estado muito degradado.

Também se verifica que, atualmente, a **percentagem de jovens a ingressar no ensino superior é reduzida** comparando com alguns anos atrás, o que pode estar relacionado com a desmotivação, com o desemprego que existe no Concelho e com o facto de muitas áreas do ensino superior não permitirem o exercício de profissão na Ilha. Outro problema que ainda se verifica neste âmbito é a **falta de oportunidades** em termos de escolhas e opções para os mais jovens, em termos da área que se vão/querem especializar, pois não existe diversidade de escolhas.

Ao nível dos cursos CEF (Cursos de Educação e Formação) que existem na Escola Básica e Secundária Professor Doutor Francisco de Freitas Branco do Porto Santo, os alunos apenas obtêm **certificação de ensino básico**, não há certificação profissional. Isto constitui um problema ao nível da educação, uma vez que provoca grande descontentamento nos jovens, ainda para mais quando não existe nenhuma escola profissional no Porto Santo, uma vez que a Escola Profissional Cristóvão Colombo já não existe no Concelho. Ou seja, para os jovens que queiram obter um curso profissional, apenas o conseguem fazer na ilha da Madeira, implicando custos para as famílias que muitas vezes não conseguem suportar. Posto isto, muitos jovens do Porto Santo vão se conformando com a situação que têm, enquanto que outros apostam na emigração.

Outro problema social que se verifica é ao nível dos **equipamentos de pré-escolar e jardim-de-infância**. No Concelho do Porto Santo, existem diversas escolas básicas com pré-escolar incluída, como se pode verificar na tabela abaixo indicada, mas que pelo estado de degradação e pela falta de recursos financeiros, “deveria haver junção pelo menos de duas escolas (Escola Básica da Vila e Escola Básica do Farrobo) e apostar na recuperação de um só

equipamento e fazê-lo mais amplo e moderno, com os recursos adequados, no qual pudesse abranger mais alunos”, na opinião do Técnico Superior do Desporto (entrevista).

Ao nível de creche e jardim-de-infância, existe apenas um equipamento (Infantário O Moinho) e que não possui condições para abranger a totalidade das crianças (dos 6 meses aos 5 anos) do concelho. Mais se acrescenta que, se não existem vagas para abranger a totalidade das crianças, muitas delas terão de ficar em casa com alguém a cuidado, o que muitas vezes significa um dos progenitores ter de abdicar do emprego para poder cuidar da(s) criança(s). Contudo, no Porto Santo, a solidariedade social e familiar é muito significativa, o que muitas vezes se traduz no apoiar outras famílias nestas situações.

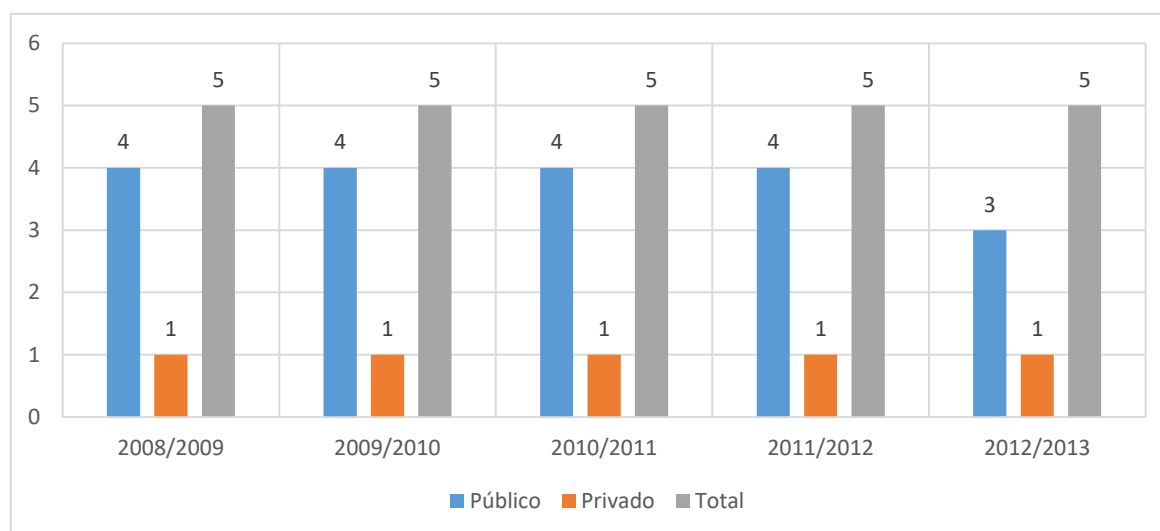


Gráfico 3: Equipamentos de pré-escolar no Porto Santo (2008/2009 – 2012/2013)

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira

No que concerne ao número de alunos e a sua frequência no ensino pré-escolar, verificamos que existem oscilações de ano para ano. Uma das razões poderá ser a transição para o 1º ano de escolaridade. Contudo e de acordo com o gráfico 4 abaixo representado, verificamos uma quebra significativa do ano letivo 2011/2012 para o ano letivo de 2012/2013.

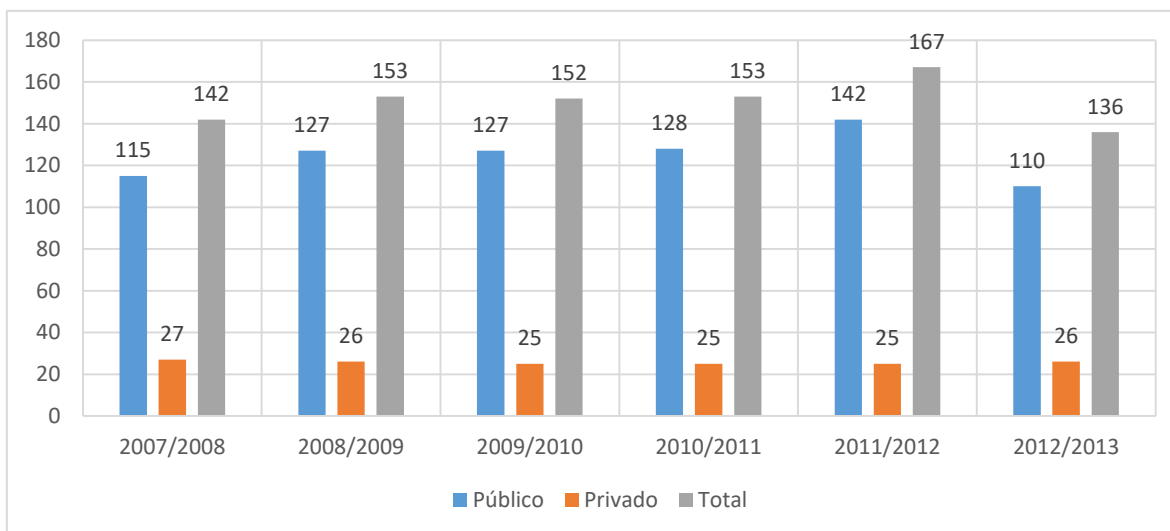


Gráfico 4: Alunos matriculados no ensino Pré-Escolar (2007/2008 a 2012/2013)

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira

Neste âmbito surge então como primeira necessidade a aquisição de **recursos materiais e recursos humanos adequados**, que são considerados recursos elementares nas escolas do Porto Santo. A este nível estamos a falar de uma simples caneta que possa ser necessária para uma atividade a desenvolver. Estes recursos materiais são cada vez mais escassos pela falta de recursos financeiros e, assim, perde-se um pouco a dinâmica na realização de atividades. Por outro lado, os próprios professores é que muitas vezes fornecem os materiais necessários para a realização de uma certa atividade que queiram desenvolver, o que poderá desenvolver alguma desmotivação pelo ensino.

Outra necessidade que se verifica é ao nível da criatividade e atividades lúdicas. Com isto foram identificados alguns equipamentos que estão em falta no Concelho, tais como, uma **Escola de Línguas**. No Porto Santo, existem disciplinas no ensino obrigatório com as línguas alemã, inglesa e francesa, sendo que algumas só se pode ter a partir do 7º ano e 10º ano. Contudo, estas disciplinas não são de carácter obrigatório e em alguns casos só há uma aula por semana de 90 minutos. Ou seja, e citando um Técnico Superior de Educação presente no estudo, por estes motivos, “é necessária a criação de uma escola de línguas que contemple de forma completa a aprendizagem de línguas que sejam necessárias e faladas no Porto Santo, uma vez que o Turismo constitui um dos pontos mais significativos para a Ilha”. (focus group)

Ainda no âmbito da criatividade e atividades lúdicas, identificamos como necessidade o **desenvolvimento de encontros entre professores e jovens** de outros pontos do país. A criação de **congressos regionais e nacionais** também foi outra necessidade identificada. O objetivo destas duas dinâmicas é proporcionar, não só o desenvolvimento do Concelho e a sua visita, como também a partilha de experiências e o debate de assuntos que estejam na ordem do dia no âmbito do ensino.

2.2 Desemprego no Concelho do Porto Santo

No Concelho do Porto Santo, o desemprego reside e tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Nestes últimos anos, devido ao problema de **isolamento e sazonalidade**, verificamos o encerramento de diversos estabelecimentos de comércio local, como também de certas empresas públicas e privadas, sendo que por estes fatores a população do Concelho reside com grandes dificuldades, sobretudo nos meses de outubro a abril.

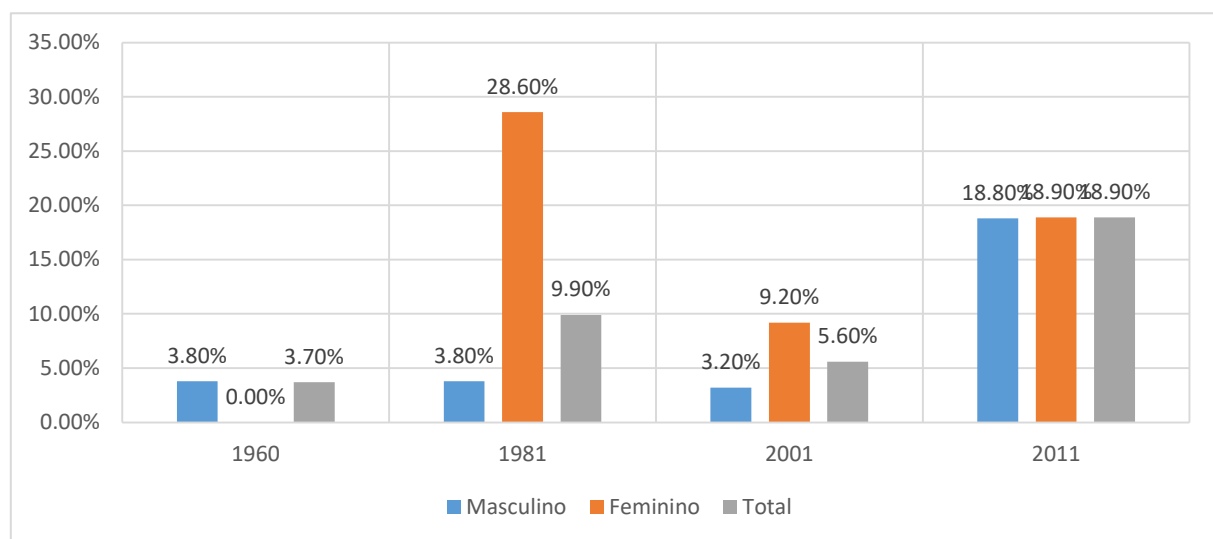


Gráfico 5: Taxa de Desemprego no Concelho do Porto Santo (1960 – 2011)

Fonte: Pordata

Para além de uma taxa de desemprego elevada, o Porto Santo apresenta também uma grande quantidade de população que quase não tem qualificações escolares. Nos dias de hoje, as exigências do mercado de trabalho são tão grandes que uma parte da população não consegue acompanhar, traduzindo-se muitas vezes num desemprego de longa duração.

Podemos referir que o Concelho tem duas realidades: a realidade de inverno, em que a quantidade de subsídios sociais prestados à população porto-santense pela Segurança Social triplicam, assistindo-se assim a uma subsidiodependência; e a realidade de verão, em que existe muita oferta, mas que os contratos celebrados em grande parte para as unidades hoteleiras, são com período de cinco a seis meses. O facto de estes contratos serem celebrados com o tempo de cinco a seis meses, faz com que a população não possa requerer um subsídio social de desemprego, uma vez que o tempo mínimo de um ano.

Mais se acrescenta que, e agora identificando um problema social, as pessoas numa situação de grande carência económica sujeitam-se a **trabalhos precários**, o que muitas vezes leva à insatisfação das pessoas a vários níveis, o que acaba por se refletir no atendimento e na qualidade do serviço prestado.

A taxa de atividade no Porto Santo, como podemos verificar no gráfico 6 abaixo representado, tem vindo a aumentar ao longo dos anos, embora pouco significativamente. O sexo masculino predomina com a mais elevada taxa de atividade em relação ao sexo feminino, apresentando 67,7% contra 57,4% no ano de 2011.

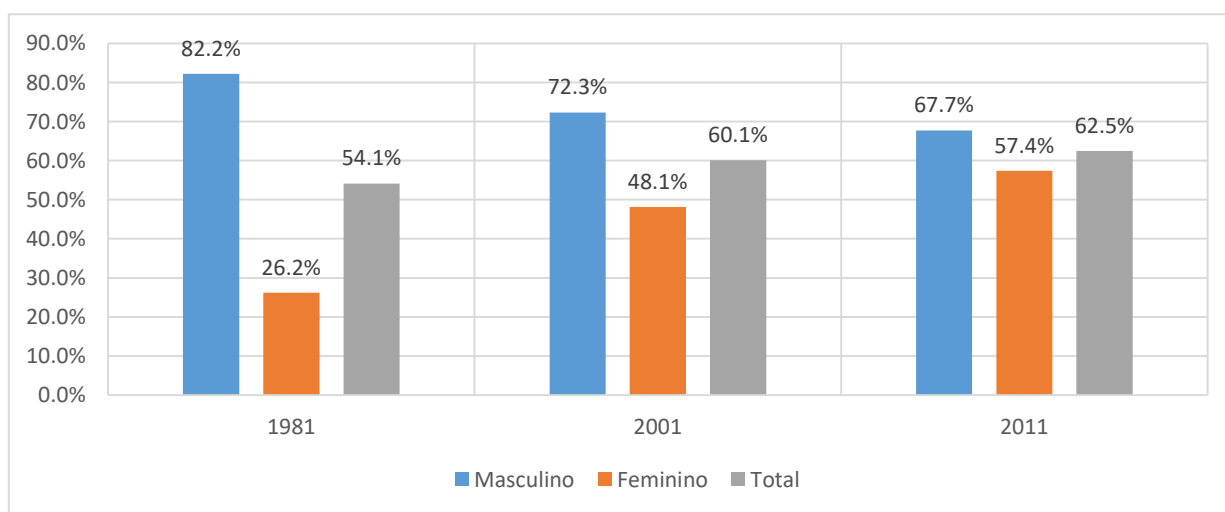


Gráfico 6: Taxa de Atividade no Concelho do Porto Santo (1981 – 2011)

Fonte: Pordata

Outro problema que verificamos é ao nível da **formação**. A população do Porto Santo, principalmente na área da hotelaria e restauração, muitas vezes não tem formação adequada para a função que vai desempenhar. O facto de haver **restrições na empregabilidade e na contratação** também provoca descontentamento e desânimo na população e cada vez é mais complicado no Concelho, constituindo mais um problema social que fora identificado.

Tendo a identificação dos problemas, surge como primeira necessidade a criação de **cursos de formação remunerados**, que permita assim à população desenvolver um trabalho de qualidade e ter a formação correta para a função que irá desempenhar. Isto fará com que também seja bom para o sector turístico, uma vez que uma prestação de qualidade proporciona uma satisfação positiva para o cliente.

Neste sentido, surge também como necessidade a criação de **campanhas de apoio à população desempregada** de longa duração. Estas campanhas teriam de ser criadas não só com o objetivo de reforçar certos mecanismos que estão diretamente relacionados com a perda do emprego, que passam pela motivação e autoestima, como também com o objetivo de proporcionar uma certa formação acerca da apresentação numa entrevista de emprego. As atividades que estariam presentes nas campanhas passariam por idas ao cabeleireiro, consultas no dentista com parcerias e apoio nas juntas médicas.

Por fim, gostaríamos de deixar esta pergunta que achámos muito relevante e que muito deixa a pensar, dito por um técnico superior de educação: “Com tantos jovens sem trabalho, o que leva às empresas hoteleiras a contratar pessoas de fora do Porto Santo? O que falta ao Porto Santo?” (entrevista)

2.2.1 Fragilidades e Potencialidades do Sector Turístico

O turismo é uma das áreas fulcrais para o Concelho. O Porto Santo vive à base do sector turístico. Contudo, é necessário mais intervenção e investimento por parte das empresas públicas e privadas. A sazonalidade e o isolamento são cada vez mais fatores que provocam grande descontentamento à população da ilha dourada, tal como fora referido anteriormente.

Em grande parte, a **sazonalidade e o isolamento**, que se vive no Porto Santo é ao nível dos transportes marítimos e aéreos. A este nível é necessário que haja pressão por parte das entidades competentes para que o corte das viagens aéreas no inverno não seja uma hipótese nem solução.

O facto de o transporte marítimo existente no Porto Santo que faz a travessia entre o Porto Santo e a Madeira parar de fazer viagens nos meses de janeiro e fevereiro, contribui para a desertificação do concelho, uma vez que não proporciona a vinda de turistas e de visitantes. Ainda a nível local, também o facto de algumas unidades hoteleiras encerrarem as instalações nos meses de outubro até abril, faz com que a dinâmica e o crescimento económico da ilha estagnem.

Neste âmbito, importa referir algumas estatísticas em relação ao número de estabelecimentos de alojamento turísticos existentes na ilha, que podem ser de carácter hoteleiro ou de alojamento local, como mostra a tabela 5 abaixo apresentada.

Tabela 6: Estabelecimentos de alojamento turístico no Concelho de Porto Santo (2014)

Hotelaria	10
Alojamento local	8

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira – Anuário estatístico de 2014

Ainda em relação aos alojamentos turísticos, importa fazer referência não só ao tempo médio de dormidas, como também à proporção de hóspedes provenientes do estrangeiro e à proporção de dormidas entre os meses de julho a setembro.

Tabela 7: Indicadores de estabelecimentos de alojamento turístico no Concelho do Porto Santo (2014)

Nº médio de dormidas de estrangeiros (em nº)	Proporção de hóspedes de países estrangeiros (em %)	Proporção de dormidas entre julho e setembro (em nº)
5,6 noites	49,1 %	62,4 %

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira – Anuário estatístico de 2014

Após esta reflexão inicial, podemos identificar os seguintes problemas e necessidades:

- **Falta de animação nos estabelecimentos de alojamento** – A este nível surge como necessidade a **criação de um plano de animação sociocultural** que reflita um pouco a cultura da ilha, com o envolvimento de cantores próprios da ilha dourada, os grupos populares e de folclore da Ilha, como também os grupos de cantares. Surge também a necessidade de **estabelecer parcerias com grandes empresas** para obter financiamentos para este plano de animação que deverá integrar não só os mais ativos como também a população infantil.

- **A falta de dinâmica e de manutenção** que existe na praia da Ilha dourada, que é o anfiteatro da mesma, constitui um problema, também ele ligado ao ambiente. As críticas que têm saído nos jornais acerca das pedras que ficam na areia, acerca da degradação do areal, como também da retirada das dunas para a construção de unidades hoteleiras, não são nada risonhas para o futuro da Ilha e para a visita de turistas.

- Sendo que o Porto Santo tem uma geodiversidade grande, surge como necessidade **apostar no geoturismo**, nas energias renováveis. A este nível é importante delinear um plano estratégico que convoque as empresas ligadas ao ambiente e a autarquia local, e apostar nestas energias renováveis, aproveitando assim os recursos naturais que a ilha tem para fornecer.

- Surge também como necessidade neste âmbito, a **criação de uma loja de atendimento ao cliente**. Esta loja funcionaria com o objetivo de prestar apoio ao nível de direções, de património e outros lugares a visitar, como também em prestar outro qualquer tipo de esclarecimento. Uma vez que nos visitam turistas de todas as partes do mundo, é necessário formar a população ao nível de línguas e de atendimento.

2.3 Sistema e Estruturas de Saúde

2.3.1 Análise de alguns indicadores de Saúde

O Concelho do Porto Santo conta apenas com um Centro de Saúde para a população. Vive-se um momento crítico em relação aos cuidados de saúde no Porto Santo. Em casos mais extremos de doença, as pessoas têm de ser evacuadas para o hospital mais próximo, que é o Hospital da Madeira Dr. Nélio Mendonça.

Fazendo uma análise de alguns indicadores de saúde no Concelho, contamos com poucos recursos humanos, de equipamentos e recursos materiais, como podemos verificar na tabela 7 abaixo representada.

Tabela 8: Indicadores de Saúde no Concelho do Porto Santo (2014)

Enfermeiros por 1000 habitantes (em nº)	Médicos por 1000 habitantes (em nº)
4,0	0,8

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira – Anuário estatístico de 2014

As lacunas existentes ao nível da saúde passam não só pela **falta de recursos humanos especializados** e que estejam ao serviço permanentemente, uma vez que o Porto Santo conta apenas com reforços humanos na época alta de verão. Neste sentido, é necessário **reforçar o apoio e acompanhamento médico** no centro de saúde. De acordo com a Técnica Superior de Saúde integrada no estudo, esta refere que “a acessibilidade às consultas médicas, por vezes, encontra-se limitada devido à falta de disponibilidade médica que têm de assegurar os cuidados de saúde primários e também um serviço de urgência que funciona 24 horas por dia” (entrevista). O facto de se apostar no melhoramento dos cuidados e atendimento ao nível da saúde fará com que transpareça uma boa imagem aos visitantes da ilha.

Existe algum descontentamento social ao nível dos serviços de saúde, como o corpo de bombeiros do EMIR que apenas estão presentes no verão e que deveriam assegurar a sua presença o ano inteiro, uma vez que são um corpo mesmo especializado e rápido. **A falta de um**

estudo ao nível da saúde com vista a identificar a população mais doente e obter uma seleção de recursos materiais necessários para um bom cuidado de saúde, constitui um problema. Neste sentido, podemos citar o Técnico Superior de Desporto integrado no estudo, em que refere “sendo bombeiro tenho muitas vezes de fazer serviço de urgência para buscar pessoas doentes. É impensável a quantidade de pessoas vítimas de Cancro. E mais impensável ainda é, com a quantidade que se vem a verificar do número de pessoas, não haver um serviço cá no centro de saúde de quimioterapia” (entrevista). Podemos ainda citar a Técnica Superior de Saúde, em que nos diz que “é prioritário ir ao encontro da população, identificar as suas necessidades e planear intervenções de acordo com os problemas identificados” (entrevista).

Ao nível das áreas de atuação, surge a necessidade de se **criar um serviço de pediatria com pediatras especializados**. A **genecologia** e o **planeamento familiar** ganham igual importância. De acordo com um Técnico ligado ao desporto (entrevista), este refere que “ao nível do Planeamento Familiar deveria de haver mais informação e mais formação de profissionais a meu ver, porque a quantidade de jovens a terem gravidez indesejada é alta. Na escola deveria haver uma disciplina sobre planeamento familiar e sobre sexualidade.”

Ao nível da Região Autónoma da Madeira, mais concretamente nos hospitais locais, surge a necessidade de mais **anestesistas**, mais **recursos humanos para trabalhar nos hospitais**, uma vez que existem muitas dificuldades nos centros hospitalares.

Tabela 9: Hospitais na Região Autónoma da Madeira (2014)

Oficiais	Privados
3	6

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira – Anuário estatístico de 2014

“Será importante salientar que é muito mais fácil ultrapassar uma crise com uma população saudável, porém, com a crise económica atual, manter a saúde torna-se uma tarefa difícil” (Técnica Superior de Saúde, entrevista).

2.4 Recursos e Equipamentos Sociais no âmbito do Envelhecimento

Neste âmbito identificamos como problemas sociais os **baixos níveis educacionais** caracterizado por algum analfabetismo da população. De acordo com dados estatísticos, verificamos um decréscimo a este nível comparando dados dos censos de 1981 com o ano de 2011, na Região Autónoma da Madeira.

Tabela 10: Taxa de Analfabetismo na R.A.M. (1981 – 2011)

Região Autónoma da Madeira	1981	2011
Calheta	41,5 %	10,3 %
Câmara de Lobos	35,6 %	9,8 %
Funchal	17,3 %	4,9 %
Machico	30,0 %	8,4 %
Ponta do Sol	36,2 %	9,5 %
Porto Moniz	38,2 %	13,1 %
Ribeira Brava	42,6 %	12,5 %
Santa Cruz	27,1 %	4,1 %
Santana	36,7 %	13,8 %
São Vicente	36,8 %	13,0 %
Porto Santo	22,6 %	4,2 %

Fonte: Pordata

No geral, a taxa de analfabetismo tem vindo a decrescer. Contudo, na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente os Concelhos de Santana, Porto Moniz, São Vicente e Ribeira Brava apresentam as taxas de analfabetismo mais elevadas. Uma característica comum destes concelhos é o facto de estarem afastados do centro da ilha, do ponto de vista geográfico. A cultura enraizada nestes concelhos de que a agricultura é o meio de sustento, pode provocar algum desinteresse em que as suas famílias prossigam estudos.

O Porto Santo em conjunto com Santa Cruz apresenta a taxa mais reduzida de analfabetismo, no qual podem estar envolvidos fatores educativos ao nível da Universidade Sénior do Porto Santo. Embora esta tenha sido fundada no ano de 2013, sempre foram

desenvolvidas algumas atividades para os idosos, a nível educacional, por parte da Junta de Freguesia.

Outro problema social que podemos identificar é o **isolamento e solidão**. Estes dois problemas começam a ser cada vez mais visíveis no Concelho. Ao nível de equipamentos sociais para este grupo populacional, é de referir que existem o lar de idosos e o centro de dia que prestam auxílio aos idosos e às famílias que necessitem. Estes equipamentos pertencem à Fundação de Nossa Senhora da Piedade. Também neste âmbito, existe ainda o Núcleo de Idosos criado recentemente no Concelho. De acordo com a opinião do Técnico Superior de Desporto, “a estrutura que é a Fundação de Nossa Senhora da Piedade, [...] critico a inexistência de um organismo político que apetrechasse para as pessoas idosas a partir do momento que vão para lá tivessem as melhores condições.” (entrevista)

Destes problemas identificados, surge como primeira necessidade a **promoção da intergeracionalidade**. A este nível, será necessário a criação de um plano intergeracional que envolva as crianças e jovens no desenvolvimento de atividades para os idosos.

O Centro de Dia do Porto Santo, há alguns anos desenvolvia atividades tecnológicas, de animação sociocultural e até de desporto. A construção do plano intergeracional deverá integrar não só o tipo de atividades referidas anteriormente, como outras a nível educacional e de desenvolvimento de competências.

A **promoção do Turismo Sénior** surge também como uma necessidade que pretende combater o isolamento. Neste âmbito, é necessário promover atividades que saiam da rotina dos idosos e da própria comunidade, como por exemplo, a criação de Colónias Intergeracionais, estando assim a promover a coesão grupal.

A **componente psicológica** surge também como uma necessidade para este grupo da população, como também o facto haver a necessidade de se **melhorar a dinâmica/materiais dos equipamentos sociais existentes** para esta população. A este nível podemos referir a importância da criação de um gabinete de apoio psicológico e um núcleo neuro degenerativo nos equipamentos sociais identificados anteriormente, com o objetivo de acompanhar os idosos e minimizar fatores emocionais que podem estar relacionados com saudade, perda e solidão.

Também a este nível é necessário haver apoio por parte das entidades públicas e privadas, ou seja, uma agregação de esforços.

2.5 Cultura e Desporto

Ao nível do desporto no Concelho do Porto Santo, este apresenta uma série de equipamentos em muito boas condições, mas que não estão acessíveis. Falamos assim do campo de Ténis do Porto Santo, o complexo de Natação, o campo de Paintball, Pavilhão Multiusos do Porto Santo e dois campos de Futebol.

Uma das razões para que estes não estejam a funcionar tem a ver com a **falta de recursos financeiros para gerir a manutenção dos equipamentos**, que constitui o principal problema quando se fala em matéria de desporto no Concelho do Porto Santo. Assim, existe a necessidade **de estabelecer parcerias com grandes empresas** para colmatar este problema, uma vez que estes equipamentos são importantes não só para a população local, como também para os visitantes da ilha.

Existe algum descontentamento social acerca da prática de desporto realizado no Porto Santo, mas que, contudo, tem vindo a melhorar, que é o facto de o desporto ser pago atualmente.

O facto de as famílias pagarem a prática de desporto a um clube ou associação, poderá proporcionar hipótese dos clubes poderem desenvolver outro tipo de atividades em relação à modalidade que praticam. Contudo, a prática do desporto sempre foi muito bem acolhida pela população porto-santense, existindo desde há largos anos, muitas crianças e jovens a praticar uma modalidade no âmbito escolar para depois representarem o Porto Santo no desporto escolar, a nível regional.

O desporto federado também tem contribuído positivamente para o desenvolvimento do Concelho. As modalidades mais jogadas são o Futebol Salão, o Futebol nas mais diversas categorias, como também o Hóquei Patins.

Outra área que é importante referir, é a cultura. A cultura tem tido grande impacto no desenvolvimento da Ilha dourada. O facto da autarquia local estar a restaurar certos elementos emblemáticos e valiosos para o Concelho, faz com que haja uma maior visita a esses mesmos elementos. Neste âmbito, é importante salientar que o Porto Santo tem um património cultural e ambiental com muito valor. É importante, também, referir alguns dados estatísticos relativos aos equipamentos culturais existentes no Concelho e a sua relevância.

Tabela 11: Indicadores de Cultura no Concelho do Porto Santo (2013)

Recintos de espetáculos –	Espetáculos ao vivo	
	Sessões	Espetadores/as
Lotação média das salas		
260	24	8720

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira – Anuário Estatístico de 2014

De acordo com a tabela 10, verificamos que no ano de 2013 existiram 24 espetáculos ao vivo. Isto deve-se em grande parte à Associação Cultural e Recreativa do Espírito Santo, uma associação que presta apoio aos idosos, e que tem um núcleo de teatro formado por jovens e adultos portossantenses. Todos os anos, esta associação dinamiza atividades lúdicas para animar a população, com as suas peças de teatro acerca de situações atuais do país, como também a criação de *sketches* acerca de curiosidades do Concelho.

Contudo, surge como necessidade neste âmbito, a **dinamização de atividades lúdicas**, aproveitando os equipamentos que o Porto Santo tem para oferecer e que estão subaproveitados. A criação de mais eventos de cariz cultural também irá proporcionar um maior crescimento económico e desenvolvimento local ao Concelho, uma vez que contribuirá para a vinda de mais visitantes.

3. Notas conclusivas e Recomendações

Após a análise e a caracterização dos problemas e necessidades identificados nesta investigação, verificamos que existem áreas que merecem especial atenção. A área do envelhecimento e da educação merecem uma intervenção prioritária.

Para isso, podemos formular quatro desafios estratégicos para a obtenção da mudança e que podem ser um avanço para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Social:

- 1- Valorização do capital humano;
- 2- Requalificar e dinamizar os equipamentos ligados à educação e formação, reforçando a criação de parcerias com entidades públicas e privadas, em conjunto com o Governo Regional;
- 3- Reforço dos equipamentos e respostas sociais;
- 4- Reforçar a integração social dos idosos

Identificámos o desafio “**valorização do capital humano**”, uma vez que na apresentação de resultados, é visível a existência de problemas em relação aos empregos precários, à contratação de pessoas de mais idade, como também à contratação de jovens com curso profissional. A contratação precária e a exploração no trabalho não deverão existir, podendo haver inclusive parcerias entre as empresas públicas e privadas de recrutamento de pessoal em formação ou desempregados de mais duração.

O segundo desafio estratégico é o de “**requalificar e dinamizar os equipamentos ligados à educação, reforçando a criação de parcerias com entidades públicas e privadas, em conjunto com o Governo Regional**”. É urgente criar uma nova escola básica e secundária, que seja dinâmica e inovadora e que proporcione a segurança necessária. Para além destes fatores, é necessário, como referido, prestar apoio às famílias mais desfavorecidas e às famílias monoparentais, sobretudo no que respeita ao percurso escolar, criando mecanismos de incentivo ao estudo, proporcionando assim uma diminuição do abandono e insucesso escolar.

O terceiro desafio estratégico prende-se com o facto de não haver muitas respostas sociais em algumas áreas que são consideradas, neste momento, fulcrais e essenciais. Por exemplo, há falta de respostas sociais para a saúde: um doente com cancro, tem de se deslocar ao hospital da

Madeira para fazer um tratamento e, pensando bem, já são muitos doentes com cancro no Porto Santo, que já se justificava ter um serviço de apoio a estas pessoas. Por isso, o **“reforço dos equipamentos e respostas sociais”** prende-se com este fator da saúde, mas também com o envelhecimento. Com a quantidade de idosos no Porto Santo, é necessária haver uma intervenção mais especializada.

O quarto e último desafio é o de **“reforçar a integração social dos idosos”**, promovendo assim a coesão social e apostando na melhoria da qualidade de vida desta categoria da população. A intergeracionalidade, tal como fora referido anteriormente, é uma forma de combater o isolamento e a solidão que começa a ser visível no concelho.

Para além destes desafios, surge outro muito mais importante que é a criação da Rede Social do Porto Santo. Tal como fora referido anteriormente, em 2008, assistiu-se a uma tentativa de implementação do Conselho Local de Ação Social (CLAS) e a proposta chegou a ser levada à Assembleia Municipal. Após a aprovação, as entidades que iriam constituir o CLAS não compareceram na respetiva reunião, o que levou a que na altura não se constituísse a Rede Social.

Assim, apresentamos uma proposta para a criação da Rede Social do Porto Santo, que passa pela fundamentação, concretização da proposta, potencialidades do CLAS, a equipa de trabalho, como também as potencialidade e constrangimentos da criação da Rede Social. Esta proposta apresenta ainda a identificação das áreas de atuação e temáticas envolvidas, como as entidades que estariam na Rede Social (ver anexo VI). No decorrer desta investigação, procedeu-se à criação de um esboço da imagem da Rede Social do Porto Santo, como se pode verificar na imagem 4 abaixo apresentada.



Imagem 5: Esboço da imagem da Rede Social do Porto Santo

3.1 Proposta de Criação da Rede Social do Porto Santo

Tendo em conta que:

- ❖ O envelhecimento é um dos principais problemas da sociedade portuguesa, quer do ponto de vista do envelhecimento populacional acentuado, quer das problemáticas e desafios sociais relacionados com esta faixa da população;
- ❖ As problemáticas sociais associadas ao envelhecimento são complexas, sendo necessária uma abordagem transversal e multissetorial deste (saúde, atividade, exclusão e isolamento, segurança, acessibilidades...);
- ❖ O envelhecimento ativo constitui-se como um dos maiores desafios da sociedade de hoje;
- ❖ As políticas de criação de emprego são reduzidas para a população existente no concelho do Porto Santo;
- ❖ O desemprego é notável no concelho, estando a taxa de desemprego nos 23%;
- ❖ A qualificação e a formação da população, constituem um grande problema no sector de atividade profissional, principalmente na população mais jovem;
- ❖ A sazonalidade e a dupla insularidade não trazem benefícios à ilha, muito pelo contrário, só contribui para o seu isolamento;
- ❖ Existem estratégias de desenvolvimento local que têm um grande potencial, mas que precisam de um foco conjunto que possa possibilitar a sua criação e contribuir para a inovação social.

Considera-se que o melhor enquadramento será a criação, então, da Rede Social do Porto Santo, como fora referido anteriormente.

Esta rede terá na sua base estrutural o Conselho Local de Ação Social (definido no Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de junho) que permita, por um lado, uma análise cuidada e específica das problemáticas e desafios associados, mas por outro, permita também a sua inclusão numa análise global das questões sociais colocadas a nível municipal, realizada por todos os parceiros da rede social.

A concretização da proposta da Rede Social passaria pela criação de um Conselho Local de Ação Social que fosse estruturado a partir de grupos temáticos, que realizariam propostas ao

Conselho no seu âmbito de ação. Cada grupo seria constituído pelas entidades que mais se relacionassem com a temática.

O Conselho Local de Ação Social é uma potencialidade da Rede Social, uma vez que se encontra definido nos princípios da constituição da Rede Social, pelo que facilita a sua implementação e integração. Este Conselho permite rentabilizar recursos e gerir a disponibilidade das entidades que, pelo seu nível de responsabilidade, teriam que participar em diferentes órgãos, se estes fossem constituídos autonomamente (CMF, JF). Para além disto, ainda permite e potencia uma política de planeamento, gestão de recursos das diferentes entidades envolvidas e desenvolve os princípios de uma gestão participada.

A implementação desta estratégia de intervenção social implica a afetação, em primeiro lugar, de uma equipa de trabalho interna ao núcleo de Ação Social da CMPS, uma vez que, para além da elaboração dos documentos de planeamento, será necessário desenvolver um trabalho intensivo de acompanhamento da rede social, do CLAS e, eventualmente, das CSF que vierem a ser constituídas.

Em segundo lugar, implicará a participação de entidades externas, que se constituem como parceiros da rede social, e de uma equipa multidisciplinar interna da autarquia, que envolva desde os serviços de ordenamento do território, informação geográfica, mobilidade, entre outros.

3.1.1 Potencialidades e constrangimentos da implementação da Rede Social

O contexto social e económico em que nos encontramos justifica de forma ainda mais preponderante a implementação de uma estratégia de intervenção social assente numa gestão participada, que permita garantir uma resposta estruturada conducente a uma gestão eficiente e eficaz dos recursos existentes. A participação direta dos atores sociais implicantes garante, à partida, um maior envolvimento e disponibilidade para a definição de estratégias comuns.

Neste sentido, para além de potenciar o trabalho em rede, esta metodologia permitirá definir estratégias em função do diagnóstico realizado, com vista à rentabilização dos recursos disponíveis. Para além disto, a sistematização da oferta de respostas sociais será fundamental para aqueles que as procuram no concelho do Porto Santo.

Todavia, este trabalho implica um investimento de grande relevo ao nível da afetação de recursos humanos, não apenas para a elaboração dos documentos de planeamento, mas sobretudo para garantir o envolvimento e a dinâmica da rede social.

BIBLIOGRAFIA

Belo, Fernanda. Nunes, Maria Alice. Fonseca, Helena de Sousa. Nunes, Luís. Paixão, Frederico. (2009). *Diagnóstico Social de Lisboa*. Rede Social de Lisboa.

Carmo, Hermano. (2014). *A educação para a cidadania no século XXI – Trilhos de intervenção*. Escolar Editora – Lisboa.

Coimbra, Cátia Marina Pereira. (2012). *Desenvolvimento e ação local: O caso do plano de desenvolvimento social de Viseu*. Mestrado em Sociologia. Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra, Portugal.

Couto, Ana Isabel. Santos, Mónica. Guerra, Paula. (2012). *A importância da Economia Solidária na promoção da coesão social: Breve reflexão a partir do caso português*. Mercado de Trabalho, 52, 49-54.

Ferreira, Sílvia. (s/d). *Inovação social e economia social e solidária*. Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra, Portugal.

Guerra, Isabel Carvalho. (2002). *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção: O Planeamento em Ciências Sociais*. Principia Editora – Cascais.

Guerra, Isabel Carvalho. (2006). *Participação e Acção Colectiva: Interesses, conflitos e consensos*. Principia Editora – Estoril

Hahn, Johannes. (2012). *Parcerias na Política de coesão*. Revista Panorama, nº 42.

INE, I.P. (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos – Região Autónoma da Madeira*. Lisboa-Portugal

Madeira, Direção Regional de Estatística. 2014. *Anuário estatístico da Região Autónoma da Madeira*. Funchal, Portugal.

Oliveira, Dalila Alves. (2008). *Os municípios e o desenvolvimento social local*. Mestrado em Desenvolvimento e Inserção Social. Faculdade de Economia – Universidade do Porto, Portugal.

Oliveira, Francisco. (2015). *Pobreza no Porto Santo* [em linha]. Funchal Notícias Web site. Acedido maio 15, 201, em <http://funchalnoticias.net/2015/03/12/pobreza-no-porto-santo/>

Pardal, Luís; Eugénia Soares Lopes. (2011). *Métodos e técnicas de investigação social*. Areal editores - Porto.

Participada, Grupo dinamizador para a intervenção social. (2016). *Diagnóstico Social Participado – Um caminho para a sustentabilidade das gerações futuras*. Câmara de Lobos - Madeira.

Pereirinha, José António. (2008). *Política social – Fundamentos de atuação das políticas públicas*. Universidade Aberta.

Perestrelo, Margarida. Moura, Dulce. Amor, Teresa. (2002). *Diagnóstico Social do Concelho de Almada*. Relatório Final.

Rodrigues, Eduardo Vítor. Samagaio, Florbela. Ferreira, Hélder. Mendes, Maria Manuela. Januário, Susana. (1999). *A pobreza e a exclusão social: Teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal*. Revista da Faculdade de Letras. Sociologia, 09, 63-101.

Sobreiro, Vanessa Liliana de Almeida. (2008). *Sou tudo e não sou nada: as funções de diretor técnico nos organismos de apoio social a crianças e idosos no concelho de Caldas da Rainha*. Mestrado em Política Social. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa, Portugal.

ANEXO I

Guião de Entrevista

Amostra: 10 atores sociais

Tempo de entrevista: +- 25 minutos

Objetivo: identificar problemas, necessidades e caracterizar brevemente o Concelho do Porto Santo

Questões:

- 1- Como caracteriza a situação atual do Concelho?
- 2- Como considera estar a intervenção social aos mais variados níveis?
- 3- Após esta reflexão inicial, então, que problemas podemos identificar no Concelho? Quais as categorias da população que são mais afetadas?
- 4- Tendo a identificação destes problemas, que necessidades podemos identificar para cada um deles?
- 5- Que questões considera ser prioritárias para aprofundamento?

ANEXO II

Plano de Trabalho – *Focus Group*

Objetivo do estudo:

→ contribuir para o Diagnóstico Social do Concelho de Porto Santo;

Objetivo do Focus Group:

→ num ambiente de debate e partilha de experiências, recolher e caracterizar as opiniões dos diversos *stakeholders* quanto:

- À relevância de um diagnóstico social para o concelho de Porto Santo;
- Aos problemas e necessidades sociais do território em causa;
- À avaliação que fazem das linhas de intervenção já existente e as que entendem como necessárias para o futuro em matéria social;
- À predisposição para se implicarem como parceiros numa rede social que concretize um plano estratégico futuro no concelho;
- Ao modo como essa rede poderia ser criada e implementada.

Atores sociais integrados no estudo:

Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo

Presidente da Junta de Freguesia de Porto Santo

Deputado do Governo Regional

Técnico superior de desporto

Movimento “Somos Porto Santo”

Agência de Turismo Lazermar

Instituição Vicentina e Lar de Idosos/ Centro de Dia

Técnico superior da área da Educação do Centro de Saúde do Porto Santo

Técnico superior da área da Saúde do Centro de Saúde do Porto Santo

Técnico ligado ao comércio local

ANEXO III

Guião de Focus Group

Tema: “Contributo para o Diagnóstico Social do Porto Santo”

1. Introdução

1.1 Objetivos e enquadramento do Focus Group:

- O Focus Group constitui uma ferramenta essencial para a dissertação que estou a desenvolver com vista a obter o grau de mestre em Política Social.
- Esta investigação constitui um contributo para a elaboração de um diagnóstico social para o concelho.
- Em termos legais, existem **dois** documentos que estão na base de criação de diagnósticos sociais:

1- **Resolução de Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de novembro de 1997** – Devido a existir ao longo dos anos mais dificuldades a nível familiar e, tendo em conta que sempre houve no nosso país muita entreatajuda e solidariedade, tornou-se pertinente criar um órgão que estabelecesse coesão grupal não só a nível local mas, também, nacional. Daí surge a ideia da criação de uma rede social que funciona em sinergia com os vários organismos presentes num concelho, públicos e privados.

2- **Decreto-lei nº 115/2006 de 14 de junho** - Define a constituição da Rede Social, norteadas por princípios de subsidiariedade, integração, participação, inovação e igualdade de género, sendo definida como uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados.

Na sua base está a construção de vários documentos de planeamento, tais como, o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e o plano de ação que estabelece as atividades para um horizonte temporal estabelecido pela própria rede.

2. Questões introdutórias

- a) Qual é o grau de importância que atribuem à elaboração de um Diagnóstico Social no concelho?
- b) O que consideram importante de constar no diagnóstico social?
- c) Que áreas deve incluir?

2.1. Contributo para o Diagnóstico Social: Perceção de Necessidades e Problemas do Concelho

1- Tendo em conta as áreas abaixo assinaladas, iremos recolher e debater **problemas e necessidades** para cada uma delas:

Áreas de intervenção:

- 1. TURISMO**
- 2. EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**
- 3. ENVELHECIMENTO**
- 4. EMPREGO, DESEMPREGO E TECIDO EMPRESARIAL**
- 5. SAÚDE**

2- Tendo em conta a perceção dos problemas e necessidades do concelho, que **avaliação** fazem acerca das linhas de intervenção social existentes para combater estes mesmos problemas e necessidades?

3- Que outras é que consideram importantes de ser criadas/desenvolvidas para combater os problemas e necessidades identificados anteriormente?

4- E que recursos serão necessários?

3. Perceção sobre a Rede Social de Porto Santo

3.1. Criação da Rede Social do Porto Santo

- a) Que opinião têm acerca da criação de uma Rede Social no concelho?
- b) Que grau de importância dão à sua criação?
- c) Que órgãos/instituições consideram que deveriam estar presentes na sua base de criação?
- d) Como funcionaria?

Obrigada pela vossa colaboração!

ANEXO IV

Questionário de Avaliação – Focus Group

Questionário de avaliação da atividade de *Focus Group*

	Muito Satisfeito	Satisfeito	Pouco Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
Logística					
1. Espaço					
2. Materiais utilizados na atividade (Data show, documentação)					
3. Apreciação geral da apresentação					
Temas desenvolvidos no <i>Focus Group</i>					
1. Grau de relevância dos temas					
2. Orientação da discussão					
3. Contributo dos participantes					
4. Relevância das conclusões					
Impacto da atividade na Instituição que representa					
	Muito	Algum	Pouco	Nenhum	
1. Funcionamento da instituição					
2. Planeamento de atividades futuras					
3. Relação com outras instituições					
	Muito boa	Boa	Suficiente	Insuficiente	Muito insuficiente
Avaliação Global da Ação					

ANEXO V

Certificado de Presença – Focus Group

CERTIFICADO DE PRESENÇA



Certifica-se que _____,
participou na atividade *Focus Group* intitulada “**Contributo para o Diagnóstico Social de Porto Santo**”, no dia 11-06-2016 pelas 10h30, na Ecoteca do Porto Santo. Esta iniciativa foi promovida no quadro de uma investigação-ação com vista à obtenção do grau de Mestre em Política Social, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

A responsável pelo Focus Group,

Carina Teixeira

ANEXO VI

Proposta de criação da Rede Social do Porto Santo

Conselho Local de Ação Social do Porto Santo

Núcleo Executivo

Envelhecimento ativo

Universidade

Sénior

Saúde

Segurança

JF

Equipamentos
sociais diversos

Educação,
Formação e
Qualificação

Educação

Emprego

IPSS (educação não
formal)

JF

Inclusão Social

Segurança social

Emprego

Saúde

CPCJ

IPSS (sem abrigo,
pobreza, menores,
dependências,
deficiência...)

JF

Igualdade de
Género

Criação do

Conselho

Municipal para a

Igualdade

Turismo

CMT

Associações

JF

Agências de

viagem

Infância e
Juventude

CMJ

IPSS

Assuntos Sociais

JF

Segurança Social

ANEXO VII

Entrevistas

Entrevista: Desporto

1- Como caracteriza a situação atual do Concelho?

“Penso que estamos a passar por alguma recuperação. Acho que, digamos, o pior já passou. Julgo que agora estamos a crescer a passo e passo.

Podemos melhorar, nomeadamente no que diz respeito ao desporto podemos repensar algumas medidas, mas julgo que o pior já passou. Ao fim ao cabo nós conseguimos nos adaptar, que é uma característica nossa, e, portanto, julgo que daqui para a frente será para melhor.”

2- Como considera estar a intervenção social aos mais variados níveis?

“Digamos que, no seu geral, aquilo que eu me tenho apercebido e até pelo facto de ver agora um departamento de ação social, com uma nova assistente social na Segurança Social, diria que estamos mais próximos das pessoas, estamos próximos das necessidades.

Também o reforço pelo organismo que existe na Câmara, tem sido uma mais valia, ou seja, juntando as duas sinergias, penso que tem havido uma intervenção social tal como no passado não existia. Portanto, podemos dizer que necessidades existem, não estavam era devidamente identificadas.

Temos sempre aquela questão e problema que é as pessoas terem vergonha de requerer e também das pessoas se conhecerem. Mas penso que essa questão, do meu ponto de vista, em termos de conhecimento até na vertente mais científica, que as coisas estão identificadas e é claro que a intervenção será muito mais bem-feita.

Paralelamente ao desporto, essa questão penso que não será uma distinção porque o pobre e o rico competem, jogam. Efetivamente poderá diferenciar-se é na qualidade do equipamento, ter umas melhores sapatilhas, ter uma melhor camisola, mas acho que não interfere nesse sentido. Poderá interferir sim, há uns tempos para cá, temos aquela questão de que toda a gente jogava, toda a gente praticava desporto de borla e agora, desde à uns 5 anos, o utilizador paga. Exemplo, as pessoas querem ir para o ginásio vão ter de pagar, querem jogar num pavilhão vão ter de pagar nem que seja o aluguer do espaço, se querem estar numa modalidade vão ter de pagar. E aí, podemos dizer que só podem ir as pessoas que efetivamente têm recursos.

Em alternativa temos o nosso panorama da própria ilha que quem quiser ir correr vai correr, quem quiser nadar vai nadar. Concluindo, a nível social, tal como já tinha dito anteriormente, acho que as coisas estão devidamente identificadas.”

**3- Após esta reflexão inicial, então, que problemas podem ser identificados no Concelho?
Quais as categorias da população que são mais afetadas?**

“A pobreza escondida, camuflada e envergonhada. É preciso pensar que há famílias aí que a esposa é doméstica, o homem é trabalhador da construção civil. - Acaba a construção civil e fica no desemprego. Acaba-se o subsídio de desemprego e depois como é que é? – E essa questão está assim um pouco no ar. Por exemplo, a questão de dados estatísticos “Ok, 4/5 meses vamos para o Hotel Pestana... Mas acaba.” É preciso ver que há se calhar 20% de desempregados na ilha e que faz muita moça. Depois há outra questão que é: há muitos empregos, mas que se algum dia essas pessoas empregadas deixam de trabalhar não têm outras alternativas. Contudo, como referi no início, as coisas começam a melhorar.

A questão da formação/educação: não digo que tem de ir para a universidade. Eu acho que as pessoas deviam ter condições de ter toda a escolaridade, que agora começa a ser a questão do 12º ano. Por exemplo, se o nosso budget é o Turismo, devíamos ser melhores na questão do Turismo. Por vezes notamos que as pessoas têm dificuldades, mas se calhar não aceitam qualquer coisa, e se calhar falo porque tenho um pouco essa perspetiva. As pessoas têm de agarrar a oportunidade.

Acho que todas as pessoas têm de ter possibilidades de fazer a escolaridade pelo menos até ao 9º ano. Hoje em dia já existe os acompanhamentos de estudo fora do horário das aulas, que acho que é uma mais valia para combater o insucesso escolar.

Na altura da minha geração, tínhamos entre 20 a 25 jovens a ir para a universidade e, neste momento, segundo consta, temos 3 ou 4 jovens. Nem toda a gente, como já referi, tem que ir para a universidade. O que me preocupa aqui é: será que não vão porque não têm condições ou será que não vão porque notam que não vale a pena devido ao que tem acontecido? Isto leva-nos a uma questão que é a falta de alternativas que temos cá para os que não têm condições. E então, muitas vezes o que acontece é que, não tendo alternativa deixam-se ir por maus caminhos. Portanto, na minha perspetiva a educação/formação começa pelas próprias pessoas de saberem o que querem e lutarem por isso.”

Quais as categorias da população que são mais afetadas?

“Os idosos: Eu estou indiretamente relacionado com alguns idosos, nomeadamente na ginástica Sénior, e o que me preocupa é ver as oportunidades que eles tiveram até entrarem na faixa etária dos 65 anos. Não é só os idosos, é o que se passou até lá. Por exemplo, nos tempos de hoje faz-me confusão um idoso com 70 anos que nunca teve oportunidade de rodar os braços para a frente. Portanto a minha questão é: O que se fez ao longo destes anos em dar oportunidade às pessoas de praticarem atividade física?

Preocupa-me também a questão que as famílias possam não ter a possibilidade de “ter alguém” para cuidar destes idosos, porque efetivamente hoje em dia, é um desgosto os idosos saberem que a determinada altura vão para o lar e que depois se calhar já não saem de lá.

Preocupa-me a questão, digamos, de depositar as pessoas ali (no lar) e ninguém se preocupar em dar-lhes mais alguma qualidade de vida, provocando muitas vezes sentimentos de solidão nestes idosos. Por exemplo, nós temos a estrutura que é a Fundação de Nossa Senhora da Piedade (lar de idosos), e não querendo criticar a fundação propriamente dita ou as pessoas que gerem a fundação, critico a inexistência de um organismo político que apetrechasse para as pessoas idosas a partir do momento que vão para lá tivessem as melhores condições.

As pessoas que caem na solidão, estão ali simplesmente só a cumprir horários para se alimentarem, para tomarem a medicação, etc. E sobre esta questão, deveria de haver um papel mais ativo e outro tipo de intervenção. E, a meu ver, acho que nos dias de hoje, já temos pessoas com formação - sejam assistentes sociais, ajudantes de ação direta, animação sociocultural – para proporcionarem uma melhor qualidade de vida aos idosos. Por isso, tem que haver uma maior contratação de pessoas para proteger essa população mais vulnerável.

A população ativa: Penso que a meu ver há duas distinções a fazer aqui. Há os indivíduos que estão minimamente estáveis e seguros que são a meu ver as pessoas ligadas à função pública, e os outros que estão instáveis. Depois confrontamo-nos com este dilema que é: a pessoa é nova para ir para a reforma, mas já é “velha” para trabalhar. Isto tem de ser resolvido, porque é esta faixa etária que ainda dá algum reforço à nossa economia local.

As pessoas que estão minimamente estáveis estão identificadas: pessoas ligadas ao município, ao governo regional, as empresas públicas (de eletricidade, a ARM). Portanto, a minha questão aqui é “E os outros?”.

As crianças e jovens: os jovens a meu ver, falando e comparando com alguns anos atrás, acho que têm as suas oportunidades, pelo menos até ao 12º ano. Em termos de prática desportiva também eles têm as suas oportunidades. O desporto estava muito ligado à educação física e ao desporto escolar. Hoje em dia o desporto teve uma nova revelação no Porto Santo, em que se pratica desporto federado. Contudo, na minha opinião, os clubes deviam definir melhor os seus objetivos e promover a sua prática desportiva, porque o que dinamiza o clube são os participantes.

No geral, as crianças e jovens começam a ter oportunidades, a diferença em relação ao passado: os pais agora são obrigados a pagar para as crianças/jovens praticarem desporto. Isto por vezes não foi bem visto, contudo, hoje em dia já começa a ver bem visto pelas pessoas, até que já existem miúdos a praticarem muitas modalidades desportivas e, agora em jeito de crítica construtiva: onde está o tempo para estudar? Onde está o tempo para brincar?. É preciso estarmos atentos a essa questão e há que haver um meio-termo. Resumindo: existem oportunidades para todos. As oportunidades têm é de ser coerentes, não podem ser oportunistas. Têm de ser criadas com alguma intenção.”

4- Tendo a identificação destes problemas, que necessidades podemos identificar para cada um deles?

“Em termos de educação deveria haver algo novo em termos de creche/pré-escolar; Atividades, junção de 1 ou mais escolas (por exemplo, a escola do Farrobo com a escola da Vila e criar-se um pré-escolar numa, onde abrangia muito mais alunos); neste momento a creche está supre lotada.

Ao nível do Planeamento Familiar também deveria de haver mais informação e mais formação de profissionais a meu ver, porque a quantidade de jovens a terem gravidez indesejada é alta. Na escola deveria haver uma disciplina sobre planeamento familiar e sobre sexualidade.

Ao nível da saúde também. Sendo bombeiro tenho muitas vezes de fazer serviço de urgência para buscar pessoas doentes. É impensável a quantidade de pessoas vítimas de Cancro. E mais impensável ainda é, com a quantidade que se vem a verificar do número de pessoas, não haver um serviço cá no centro de saúde de quimioterapia;

Outra coisa que me incomoda é verificar que os aparelhos de saúde existem, mas quase nunca estão a funcionar direito, e, por causa disso, falando no desporto agora: se algum jogador

tiver uma lesão mais grave terá de ir para a Madeira. Qual é o problema aqui? Então e a escola? A família vai com ele e não trabalha? Tem de haver aqui uma solução para este problema.”

5- Que questões considera ser prioritárias para aprofundamento?

“- A questão da reforma e do emprego: “É muito nova para ir para a reforma, mas muito “velha” para trabalhar”.

- Transportes: Ligação ao continente (Aéreo) – Antes havia voo direto às Sextas e aos Domingos. Neste momento, só existe voo para Lisboa ao sábado que vai para a Madeira e depois para Lisboa. Deixou de haver o voo direto. Um turista que queira vir da Europa para o Porto Santo, não tem espaço de manobra para vir, porque tem de ir para a madeira e esperar o dia todo para vir para o Porto Santo. (Ex: Oslo – Madeira: 9h; Madeira – Porto Santo: 22h). Isto a meu ver é um problema político.

- Ligação Marítima: para viajar do Porto Santo para a madeira, tem obrigatoriamente de ficar 1 dia na Madeira, porque o barco é sempre às 8h da manhã (Madeira – Porto Santo) e às 18h (Porto Santo – Madeira); É impensável, também, em termos de desporto, os desportistas terem de ir numa sexta-feira às 22h30 (Uma viagem de 2h30, ou seja, só chega à 1h da manhã) para jogarem logo no sábado de manhã e para regressar logo no domingo de manhã porque segunda é dia de escola e de trabalho. Isto desmotiva a prática desportiva, porque nem toda a gente está para ter este ritmo.”

Entrevista: Técnica superior do Turismo

1- Como caracteriza a situação atual do Concelho?

“Na atualidade a ilha apresenta uma economia frágil e muito dependente da atividade turística, que é notavelmente sazonal e afeta todas as famílias do Concelho, direta ou indiretamente.

A população residente tende a diminuir se continuarmos com condições precárias e temporárias quanto ao emprego, e julgo que consequência disso temos menos jovens ativos residentes todo o ano na ilha e menos nascimentos.

Nos últimos anos não fomentaram oportunidades de formação profissional no Porto Santo, na área do turismo, animação, restauração ou hotelaria, forçando as novas unidades hoteleiras a ir buscar alunos às várias escolas de turismo, em Portugal Continental, e não empregando tantos portossantenses.

Piorando a situação temos, com a crise instalada e dificuldades financeiras de muitas famílias, reparo que há jovens desanimados, sem conseguir prosseguir para a Universidade e sem perspetivas para o seu futuro.

Pessoalmente, acho o turismo uma aposta certa, pois é das indústrias mundiais com maior crescimento, e é a minha escolha para viver neste pequeno paraíso. Acredito que nos próximos anos vamos ter mais procura turística pelos esforços levados a cabo neste momento pelas entidades regionais, associação de Promoção da Madeira, Agentes e Operadores e neste momento a Camara Municipal de Porto Santo, através do órgão consultivo Conselho Municipal de Turismo, vai abordar, refletir e discutir junto dos agentes locais variadas temáticas que irá permitir uma maior compreensão da realidade e das metas a seguir para rentabilizar melhor o Destino Porto Santo.

A ilha precisa de estabilidade económica, maior período de operação (fechar apenas em dezembro e janeiro) para manter empregos e uma grande aposta na formação e qualificação dos recursos humanos de forma a termos mais profissionais portossantenses presentes em todas as áreas necessárias.”

2- Como considera estar a intervenção social aos mais variados níveis?

“A intervenção social é muito positiva, apesar de existirem muitas famílias em dificuldades, não existem casos extremos, pois ao longo dos últimos anos foram cedidas casas e condições de educação e saúde melhor que muitos sítios que conheço. As entidades públicas

e privadas como a Camara Municipal, Junta de Freguesia, DRAPS, Associações, Hoteis, Supermercado e variados eventos ao longo do ano colaboram e ajudam as famílias mais necessitadas que estão devidamente identificadas pelas mesmas entidades.”

**3- Após esta reflexão inicial, então, que problemas podemos identificar no Concelho?
Quais as categorias da população que são mais afetadas?**

“Temos então o problema de não haver emprego permanente que afeta a população ativa; a falta de formação contínua para melhorar e qualificar os recursos humanos existentes na ilha que afeta a evolução educacional e profissional dos adolescentes, jovens adultos e população ativa em geral;

Devido à dificuldade de aumento na população e registos recentes de baixa natalidade, temos também o risco de ter turmas muito reduzidas e infraestruturas a mais daqui a poucos anos.

Exemplo: em 2015 nasceram menos de 40 crianças, daqui a 6 anos haverá apenas uma turma da 1a classe com 40 alunos... e as outras escolas fecham? e os 140 professores que estão aqui colocados? e na escola secundária?

A categoria dos idosos, neste momento, apenas a parte da saúde precisa de especial atenção e terá de melhorar para captar novos residentes, mesmo assim existe um lar e centro de dia, edificio doado pelo cineasta Jorge Brum do Canto e parece com boa utilidade e funcionamento, juntando a Universidade Sénior, atividades na praia e ao ar livre, religiosas entre outras, parece que o Porto Santo é um bom local para se passar os últimos momentos da vida.”

4- Tendo a identificação destes problemas, que necessidades podemos identificar para cada um deles?

“Emprego instável e sazonal - precisamos de apostar no turismo todo o ano para que não seja necessário fechar os estabelecimentos e manter empregos que são sustento das maioria das familias do Porto Santo.

Poucos profissionais qualificados para trabalhar na área do turismo, animação, restauração, línguas, serviço de atendimento - Aposta na formação local contínua para melhorar e qualificar os recursos humanos.

Baixa natalidade e população residente - Fomentar a natalidade com iniciativas próprias dentro do concelho, a Camara Municipal, Junta de Freguesia e outras entidades podem oferecer alguma ajuda ou incentivo a quem tiver filhos.

Saúde - Podemos melhorar as condições de saúde para captar mais residentes, pois é uma das queixas mais comuns dos turistas reformados que gostariam de cá viver.”

5- Que questões considera ser prioritárias para aprofundamento?

“Todas as que referi anteriormente afetam diretamente no equilíbrio e bem estar da população residente e por consequência no receber os nossos turistas que deverão ser consciencializados pelos locais como importantes para a manutenção dos seus empregos e da economia geral do Porto Santo, e por isso devem dar o seu melhor para manter e fidelizar os turistas que nos visitam, através de um serviço de qualidade e uma boa hospitalidade.”

Entrevista: Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo

1- Como considera a situação atual do concelho?

“O desemprego ainda é muito elevado principalmente durante o inverno, porque durante o verão as pessoas têm trabalho no setor de hotelaria e nota-se o maior poder de compra.

os desempregos, são mais nas camadas jovens e principalmente nos caisais, porque como praticamente deixou de haver construção civil, os homens passaram para o desemprego e como só puderam estar durante 2 anos no fundo de desemprego e a crise já se prolonga por uns 5 anos, assim ficaram com grande dificuldades financeiras.

as pessoas idosas têm mais dificuldades na manutenção das suas habitações a nível de arranjos interiores e exteriores, bem como pinturas e canalizações.”

2- Como considera estar a intervenção social aos mais variados níveis?

“O município acho está a trabalhar bem, porque através do serviço municipal de intervenção social, instalou uma loja solidária, aberta ao público, em que funciona na doação de roupas usadas, de mobiliário, de loiças, na distribuição de alimentos (cabazes), na distribuição de materiais escolar, na ajuda a nível psicológico, na ajuda de melhoramentos nas habitações tanto interior como exterior.”

3- Após esta reflexão inicial, então, que problemas podemos identificar no concelho? Quais as categorias de população mais afetadas?

“Principalmente o desemprego, psicológicos que advem das pessoas não terem meios financeiros e as pessoas mais afetadas são os casais novos, os jovens e os homens de meia idade que trabalhavam na construção civil.”

4- Tendo a identificação dos problemas, que necessidades podemos identificar para cada um deles?

“O porto santo tem que deixar de ser um destino turístico sazonal, mas sim todo o ano porque é uma ilha com potencial a nível turístico. Tem de haver mais formação na área de turismo.”

5- Que questões considera ser prioritárias para aprofundamento?

“Têm de ser feitos investimentos, continuar a procurar investidores estrangeiros e publicitando o Porto Santo como a campanha que tem havido “o segredo mais bem guardado”.”

Entrevista: Técnico ligado ao comércio local

1- Como caracteriza a situação atual do Concelho?

“O nosso concelho está numa posição muito delicada, sobretudo derivado ao desemprego que é assustador e a desigualdade social. Estamos cada vez mais isolados, sentimos uma grande dificuldade em geral, em especial a população jovem, a falta de emprego e de novas oportunidades pode levar a desertificação, permanecendo na ilha só a população mais idosa. As carências sociais são muito visíveis, a falta de soluções e dum plano são evidentes.”

2- Como considera estar a intervenção social aos mais variados níveis?

“Penso que a intervenção social tem muitas lacunas no nosso concelho, começando por falta dum cruzamento de dados entre as várias instituições. Será preciso um estudo real sobre os graves problemas que afetam a nossa sociedade atual, tendo em conta o futuro da nossa ilha.”

3- Após esta reflexão inicial, então, que problemas podemos identificar no concelho? Quais as categorias de população mais afetadas?

“O desemprego e a desigualdade social são os maiores problemas do nosso concelho. Fomos muito afetados pela crise global, o isolamento, a parte sazonal e a falta dum plano a curto/medio prazo põe em causa o funcionamento com qualidade da nossa ilha. Sabendo que a população mais jovem, mas também as pessoas com menos formação são as mais afetadas. Cerca de 30 % da população trabalhava no sector da construção, o mais afetado nestes últimos anos.”

4- Tendo a identificação dos problemas, que necessidades podemos identificar para cada um deles?

“É urgente criar um plano, tendo em conta o que somos e o que pretendemos do nosso concelho pelas entidades competentes. Já é uma questão de sobrevivência, encontrar condições necessárias para manter a nossa sociedade ativa e útil. Costumo dizer que precisamos arrumar a casa, pois a maior fonte de rendimento da nossa ilha é o turismo, um mercado cada vez mais competitivo e selvagem. A dedicação, o trabalho, a qualidade têm de ser maiores, aproveitando a parte sazonal para a formação da própria população. Em tempos difíceis como os de hoje, só o diálogo e

as parcerias podem encontrar um caminho próspero e com esperança numa ilha melhor. Os problemas estão identificados, precisamos rapidamente das soluções práticas.”

5- Que questões considera ser prioritárias para aprofundamento?

“É muito importante aproveitar as pessoas mais criativas da nossa sociedade, criar condições para uma boa gestão económica e social, sabendo que todos somos úteis. Neste momento estamos com muitas lacunas derivado ao aproveitamento das famosas “cunhas”, criadas pelos partidos políticos. Somos um concelho pequeno e isso tem os seus reflexos na continuidade dum serviço de qualidade. Responsáveis por uma sociedade saudável, no entanto não tendo as pessoas corretas nos sítios certos, será impossível termos esperança num futuro, nesta grande Ilha de nome Porto Santo.”

Entrevista: Assessor da Câmara Municipal do Porto Santo

1- Como caracteriza a situação atual do Concelho?

“A Atual situação do Porto Santo é difícil de ser explicada em poucas palavras. A sazonalidade afeta muito daquilo que são as características socioeconómicas dos residentes neste município, uma vez que podemos considerar que cerca de 65 a 70 por cento da população ativa depende diretamente da indústria hoteleira e da restauração, e que no inverno a sua atividade é muito baixa, levando a um elevado grau de desemprego.”

2- Como considera estar a intervenção social aos mais variados níveis?

“Urge serem implementadas políticas sociais que não passem apenas pela entrega de cabazes de géneros alimentícios, por parte das entidades competentes, em alturas festivas.

É certo que a Câmara Municipal do Porto Santo tem feito um grande esforço orçamental e este ano reduziu a taxa de IMI para o mínimo, representando um corte de cerca de 900 mil euros nos cofres da autarquia, mas que alivia, em muito, a economia das famílias do Porto Santo, sendo que, em alguns casos, o imposto a pagar reduz mais de 50 por cento.”

3- Após esta reflexão inicial, então, que problemas podemos identificar no Concelho? Quais as categorias da população que são mais afetadas?

“Os problemas são maioritariamente a falta de emprego e de oportunidades no concelho.

A parte da população mais afetada é a denominada “população ativa”, com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos.”

4- Tendo a identificação destes problemas, que necessidades podemos identificar para cada um deles?

“A necessidade urgente de maior divulgação do destino turístico Porto Santo, a preços atrativos, por forma a atrair mais e melhor mercado, mantendo as unidades hoteleiras abertas e pleno funcionamento, bem como o setor da restauração, diminuindo assim, provavelmente, a taxa de desemprego, em cerca de 40 a 45 por cento.”

5- Que questões considera ser prioritárias para aprofundamento?

“A questão socioeconómica do Porto Santo, pois a mesma deverá ser feita, como já referi, não através de uma política de entrega de cabazes em épocas festivas, mas sim através de um incentivo a criação de emprego, inovador, criativo e que se direcione, não apenas para o turismo, mas também para os locais.”

Entrevista: Técnica superior do Centro de Saúde do Porto Santo

1- Como caracteriza a situação atual do Concelho?

“Ao nível da saúde a situação atual é idêntica à que se passa por todo o país. Assiste-se à falta de recursos humanos, que consequentemente leva à ausência da prevenção primária. Neste momento as instituições de saúde estão mais voltadas para a cura do que propriamente para a prevenção da doença. Esta situação leva à sobrelotação dos hospitais e ao aumento dos custos com a doença, que, neste caso são muito superiores aos da sua prevenção.”

2- Como considera estar a intervenção social aos mais variados níveis?

“Na Unidade Dr. Francisco Rodrigues Jardim, podemos falar do apoio no transporte e estadia dos doentes que têm de se deslocar ao Hospital Dr. Nélcio Mendonça para consultas ou procedimentos cirúrgicos. Este apoio tem sido salvaguardado e é de importância fundamental para a saúde dos portossantenses.

Anualmente são destacados alguns profissionais de saúde para intervenções relacionadas com a prevenção da doença. Deslocamo-nos às escolas para realizar sessões de educação sobre variados temas: saúde oral; diabetes; contraceptivos; suporte básico de vida; promoção de estilos de vida saudáveis, etc. Nos últimos dois anos esta atividade tem diminuído devido à falta de recursos humanos.”

3- Após esta reflexão inicial, então, que problemas podemos identificar no Concelho? Quais as categorias da população que são mais afetadas?

“Considero que uma das lacunas existentes relaciona-se com a falta de uma equipa multidisciplinar, na área da saúde, que vá ao encontro da população para identificar as suas necessidades e as áreas que necessitam de maior intervenção.

A acessibilidade às consultas médicas, por vezes, encontra-se limitada devido à falta de disponibilidade médica que tem de assegurar os cuidados de saúde primários e também um serviço de urgência que funciona 24 horas por dia.

É fundamental identificar as competências de quem procura os cuidados de saúde, nomeadamente, no que diz respeito à capacidade de perceber, à capacidade de procurar, à capacidade de alcançar e de se envolver.

Infelizmente, Portugal faz parte do grupo de países em que o risco de pobreza tem vindo a aumentar. Esta situação tem impacto nas condições socioeconómicas dos cidadãos pois reduziu o seu poder de compra. As famílias tiveram de cortar em bens essenciais, que muitas vezes inclui a própria alimentação, e cujos efeitos na saúde a longo prazo não são previsíveis. Tudo isto, associado ao desemprego e às medidas adotadas para combater a crise levaram a um empobrecimento da população que inevitavelmente trará consequências negativas na saúde dos cidadãos. Este cenário adequa-se bem ao Porto Santo. Considero que as faixas etárias mais prejudicadas são os idosos, os adultos entre os 45 e 60 anos que ficaram desempregados (construção civil) e as respetivas famílias dependentes.”

4- Tendo a identificação destes problemas, que necessidades podemos identificar para cada um deles?

“A maioria dos problemas advém das dificuldades financeiras que colocam em causa a subsistência das famílias. Felizmente o direito à saúde é salvaguardado pois o Estado assume o seu dever garantindo “*o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica*”. No entanto, por vezes é difícil garantir a continuidade dos tratamentos que acarretam custos pessoais.”

5- Que questões considera ser prioritárias para aprofundamento?

“É prioritário ir ao encontro da população, identificar as suas necessidades e planear intervenções de acordo com os problemas identificados. Por esta razão é fundamental que esta avaliação seja feita por uma equipa multidisciplinar. Relativamente às questões financeiras, existem outras entidades responsáveis por colmatar essas dificuldades. Será importante salientar que é muito mais fácil ultrapassar uma crise com uma população saudável porém, com a crise económica atual, manter a saúde torna-se uma tarefa difícil.”

Entrevista: Técnico Superior de Serviço Social – Conferência de São Vicente Paulo

1- Como caracteriza a situação atual do concelho?

O concelho neste momento está de novo a enfrentar o desemprego com o fecho das unidades hoteleiras, de restaurantes que deixaram de ter o movimento apropriado e que tiveram de despedir pessoal. Portanto o concelho neste momento é um concelho com bastantes dificuldades para as famílias a nível do desemprego.

2- Como considera estar a intervenção social aos mais variados níveis?

A intervenção social a nível das instituições que existem nessa área, eu por exemplo pertença à conferência de S. Vicente Paulo e durante todo o ano vamos recolhendo e angariando e guardando para determinadas alturas de maior desemprego fornecer às famílias. Mas também prestamos apoio a nível escolar, a nível de materiais escolares, porque as escolas podem dar os livros mas há outro material didático que as famílias precisam de ser apoiadas.

Apoiamos a nível de medicação na farmácia, água, luz, gás, além dos produtos alimentares que vamos recolhendo e dando conforme as necessidades vão aparecendo. As famílias têm que ter apoio e ao nível da conferência vamos fazendo o que podemos, porque não somos subsidiados pelo Estado, vamos sobrevivendo pelo que as pessoas nos vão dando, quem em géneros como em numerário.

3- Após esta reflexão inicial, então, que problemas podemos identificar no Concelho? Quais as categorias da população que são mais afetadas?

O desemprego, problemas a nível da crise da habitação, uma vez que muitas pessoas se ficam desempregadas não têm dinheiro para pagar depois as prestações bancárias que se comprometeram, e muitos tiveram de entregar e voltar para casa dos pais. Felizmente não são muitas situações que se verificam no Porto Santo. São tantos problemas que nem sei.

4- Tendo a identificação destes problemas, que necessidades podemos identificar para cada um deles?

Há muitas. Nos concelhos maiores as instituições conseguem angariar fundos mais ou menos razoáveis para conseguirem ajudar a eliminar as dificuldades das famílias.

Aqui no Porto Santo praticamente contamos com a prata da casa e vemo-nos sem poder dar a mão a todas as famílias que nos aparecem, não temos capacidade de resposta regra geral em numerário, portanto, em dinheiro.

Ainda há pouco tempo tive dois pedidos e depois não sei se chegará mais, mas já chegaram dois pedidos para pagar a ultima prestação do IMI e eu tive de dizer que não. Portanto, tentam-se socorrer de nós, mas não temos hipótese de apoiar em grandes quantidades de dinheiro.

A nível de emprego isto estaria de estar a funcionar em pleno para que estas situações não existissem. Desde a hotelaria à restauração a funcionar em pleno, estas situações em grande percentagem iam ser eliminadas, pois as pessoas iam fazer o seu dia-a-dia sem terem de recorrer a outras instituições.

5- Que questões considera ser prioritárias para aprofundamento?

O desemprego. A nível social a maior questão é o desemprego que tem de ser resolvida, que passa um pouco pelo que referi a pouco, ou seja, com a restauração e a hotelaria a funcionar em pleno todo o ano, portanto, é saber o que é preciso para se chegar a esse futuro.

Entrevista: Técnico superior de Educação

1- Como caracteriza a situação atual do concelho?

“O Porto Santo em termos de educação vive uma situação crítica. E vive uma situação crítica por diversos fatores que não são fáceis de identificar. Toda a gente vê que o Porto Santo apresenta em termos de objetivos, que podemos ir pelos resultados dos alunos, tudo abaixo da média e isso é fulcral em termos de prosseguimento de estudos.

Já houve anos em que o Porto Santo tinha muitos alunos que prosseguiram estudos, praticamente todos prosseguiram estudos. E, hoje, isso já não acontece; hoje, anualmente são apenas alguns aqueles que prosseguem estudos.

Como disse, não é fácil perceber porquê e eu acho que tem a ver também com os órgãos de gestão, neste caso da Escola Básica e Secundária, que tem uma escola em auto gestão, sem um plano educativo pensado para o futuro e sem integração, sem ligação ao meio, sem levantamento de aspetos que são aspetos que criam dificuldades aos alunos.

Mas também há outro fator a meu ver que é desmotivação provocada por duas razões: razões geográficas que é o facto de viver no Porto Santo, uma ilha ultra periférica. O Porto Santo é a periferia da periferia como alguém dizia recentemente. O Porto Santo fica longe de tudo, longe quase de si próprio e, isto leva a que os alunos não tenham uma visão em termos de futuro motivadora. E portanto, eles andam na escola para passar o tempo, para se ocuparem e quando chega ao final é que se apercebem que afinal não estão preparados nem para prosseguir estudos nem para a vida de trabalho. Esta distância e isolamento do Porto Santo é um factor.

Mas por outro lado, também há a questão social do país, que os alunos apesar de estarem distantes vão ouvindo o que se passa no país e o que se passa no país é preocupante, desanimador para os jovens, não há perspetivas e, por isso, a grande maioria dos jovens não só porque acham que o Porto Santo está distante de tudo mas sobretudo que é um lugar de conforto, têm medo de se lançar para o exterior porque sabem que no exterior as coisas não estão bem. E, portanto, o Porto Santo funciona como refúgio dos receios e também contribui para a libertação da infância e adolescência, contribui para impedir o crescimento natural dos jovens se fizerem

adultos, porque os jovens sabem que, por um lado é um meio redutor, mas que no exterior não é também melhor e esta situação torna-se dramática e, por isso, a escola não é nada entusiasmante.

Falta também em termos de direção, como eu disse, um projeto que entusiasme, um projeto que considere as dificuldades do Porto Santo, que fique atento em lançar os jovens para o futuro e, por outro lado, estas realidades que vemos a nível local e nacional. Este é o problema da escola básica e secundária, mas há outras coisas que embora parecendo sem interesse também contribuem, como as instalações da escola, que não é o essencial como referi, mas é o rosto daquilo que se passa em termos interiores, de um modelo completamente ultrapassado e isto também contribui para acrescentar aos outros fatores. Não tem havido um investimento por parte do Governo Regional para com o Porto Santo. Os professores veêm-se confrontados e lutam contra estas dificuldades, mas nem sempre conseguem ultrapassá-las e, portanto, sem os professores seria bem pior, porque o Porto Santo conhece bem o corpo docente e tem um corpo docente capaz e de qualidade.

Em termos sociais, posso dizer-te que o Movimento Somos Porto Santo tem conhecimento de algumas situações de muita dificuldade, por isso é que já organizou nos dois anos anteriores dois eventos solidários de recolha de bens alimentícios para distribuir pelas famílias em dificuldades. Mas há muito quem faça isso no Porto Santo, e muitas das instituições acabam por ir às mesmas famílias e deixar nas casas das mesmas pessoas produtos das várias instituições.

Ora, o problema do Porto Santo como estava a dizer é falta de uma coordenação, da tal rede que falávamos também em termos de distribuição e de perceção de outros serviços, mas neste aspeto concreto não sendo único é um aspeto importante, uma assistência em caso da falta de alimentos. As instituições que existem, muitas delas fazem a distribuição em função dos interesses partidários e atenção que nem são políticos, são partidários, ou seja, em função dos votos e isto é gravíssimo. Portanto, não se pratica solidariedade desinteressada, por ajuda ao próximo, faz-se solidariedade interessada, porque interessa manter esta solidariedade. Vemos isto por parte da Junta de Freguesia, da parte da Câmara Municipal e vemos isto inclusivamente da parte de algumas associações que também têm pessoas dentro dos partidos que se movimentam para isso.

Em termos de prestação de serviços, vai havendo alguma coisa mas nós sabemos e outras pessoas também sabem, sabemos que falta ali alguma prestação de serviços. Eu falei aqui a tempos com a assistente social e ela dizia-me que as necessidades são tantas que ela não consegue dar resposta, uma vez que não é só de alimentos, é em termos de medicamentos, em termos de assistência à terceira idade e em termos da ocupação de pessoas. Portanto há aqui uma necessidade enorme e neste momento o que existe é muito pouco. Existe a assistência social, mas é insuficiente para aquilo que se pede. Ela diz que se tenta organizar e colaborar com as diversas instituições mas também sente muitas dificuldades dessas diversas instituições. Só aqui acho que já te falei de quase tudo.”

2- Como considera estar a intervenção social aos mais variados níveis?

“Já te fui falando. Portanto, os problemas de intervenção social já te falei aqui das dificuldades quer em termos da assistente social; depois também sei que há dificuldades de algumas associações que prestam ajuda em ter por exemplo meios de transporte, combustível, manutenção dos veículos que vão envelhecendo. Portanto há aqui efetivamente muitas dificuldades, mas acho que o que falta é alguém que coordene tudo isto e que diga “fazem falta alimentos para x famílias”, porque nós vemos a câmara dizer que tem não sei quantas famílias a quem entrega alimentos, a junta não sei quê, são vicente de Paulo outros tantos, mais as irmãs que também distribuem por mais famílias. Portanto há aqui uma série de instituições, umas públicas e outras privadas que se sobrepõem. Ao fim se vamos a contabilizar as pessoas que têm necessidade não é a soma de todas elas porque repetem-se. E isto em termos de alimentos, em termos de medicamentos também, em termos de cuidados de saúde, em termos de apoio à terceira idade, em termos de ocupação, em termos de transporte, em termos de higiene, em termos de tudo.”

3- Após esta reflexão inicial, então, que problemas podemos identificar no Concelho? Quais as categorias da população que são mais afetadas?

“Já me identificou alguns problemas, mas outros problemas ao nível da educação?”

“Em termos de educação faltam aqui outras coisas no Porto Santo. O Porto Santo tem uma boa oferta desportiva, isso aí até tem, os clubes que permite aos alunos praticar as mais diversas modalidades. Mas há uma área em que faltam por exemplo

escolas de línguas e isso também era importante para as escolas. Falta aqui claramente um desenvolvimento para a aprendizagem de línguas. Os alunos têm no Porto Santo apenas as aulas de línguas que são insuficientes. Portanto, há ali uma terra turística e por isso faltam ali escolas de línguas. É claro que pode ser difícil de manter porque não há muita população, mas não deixa de ser uma necessidade.

Também em termos musicais faltam. Há lá o conservatório, mas oferecem poucos instrumentos, uma vez que desinvestiu e portanto é uma pena. Apenas dois professores a lecionar piano e acordeão. Mas há professores de viola que não é lecionado agora, instrumentos de sopro, de precursão. Há a banda de música que pode tentar colmatar, mas o conservatório tem uma aprendizagem mais técnica e é mais exigente do que a banda, embora a banda também seja uma coisa muito interessante. Mas ali faltam outras coisas importantes para os alunos: faltam congressos, faltam encontros com outros jovens, com cientistas, com escritores, com técnicos; a única coisa que eu sei que existe é o grupo português que faz no porto santo, que chama aquilo festival literário, mas é uma vez no ano, são dois dias, em que tentam trazer pessoas de fora para falarem com os alunos e com os professores. Ora, isto é fundamental o contacto com pessoas em termos técnicos, em termos culturais e em termos científicos e isso falta muito ao porto santo. Falta ali um contacto direto com a realidade no seu melhor do que podem conhecer, eles só conhecem pelos livros. Falta aqui uma falta alargada, falta museus e uma serie de ofertas que os alunos de áreas grandes podem ter e que os do Porto Santo não podem ter. E para mim, isto são tudo constrangimentos para a aprendizagem mais desenvolvida e mais alargada.

Depois também falta ali outras atividades de tempos livres, uma vez que os alunos do porto santo apenas têm a escola e quando acaba a escola ficam entregues a si próprios e se calhar é bom porque desenvolvem-se e o porto santo é seguro, mas podiam aproveitar para aprender outras coisas que não existem no Porto Santo se se desenvolvesse certo tipo de atividades. Agora, em termos científicos que exige da escola do Porto Santo, a escola está preparada, falta é um projeto, mas de resto os alunos têm tudo.”

4- Tendo a identificação destes problemas, que necessidades podemos identificar para cada um deles?

Identificou os problemas e as necessidades na pergunta 3.

5- Que questões considera ser prioritárias para aprofundamento?

“Pode ser interessante ver em termos de saídas para os estudantes, quais é que serão as melhores. Isto tem sido discutido mas tem-se ficado pelo superficial e, se calhar, tem de se começar a apostar em áreas que permitam ou que deem a garantia de no futuro terem emprego e sobreviverem.

Há outra questão que também para debate é muito interessante, que é o que falta ao Porto Santo e que leva a empresas de turismo contratarem fora do porto santo com tantos alunos com curso. E falamos de jovens em idades para trabalhar e chegamos ao verão, e vemos as empresas como hotéis a contratar centenas de pessoas fora do porto santo. Tem tanta gente desempregada no verão estão aí tantos jovens a saltar, pode ser uma questão de formação ou os próprios jovens não quererem trabalhar. Portanto, é necessário saber o que falta e como se pode alterar esta situação.”

Entrevista

1- Como caracteriza a situação atual do concelho?

“A situação atual do concelho a partir de 2008 e 2009 em que o Porto Santo era considerado uma cidade de pleno emprego, deixou de acontecer e agora já não acontece, com a denominada crise e com diversos problemas como o fecho do sector da construção civil. Hoje o maior flagelo é o desemprego, em que devemos ter perto a 600 desempregados. Temos situações sociais graves, pessoas que não têm o que comer, tendo de recorrer a diversas instituições e à família, não sei se o Porto Santo alguma vez enfrentou algo assim. Portanto é isso que neste momento atormenta o Porto Santo, o flagelo do desemprego.”

2- Como considera estar a intervenção social aos mais variados níveis?

“Dentro daqui que está disponível, tenho a certeza que as pessoas tentam fazer o máximo para acolher o máximo de pessoas que conseguem, falando ao nível da junta de freguesia. Temos um número tao grande de pessoas com necessidades e sabemos que os meios são limitados e as coisas têm de ser limitadas. Sabemos que há famílias que podem ter ajuda mas que irá acabar para podermos ajudar outros. Mas penso que, felizmente, ao nível da Câmara e Junta estão identificados os problemas e as situações mais problemáticas, e as ajudas vão chegando. Neste momento é tentar criar sempre novas formas mesmo por parte do governo regional, através de subsídios de reintegração social. A parte dos POD's serão importantes nesta área que tem tido muito impacto; É pouca a ajuda mas não é só a ajuda monetária, mas essencialmente permite que as pessoas estejam ocupadas, sentem-se úteis.”

3- Após esta reflexão inicial, então, que problemas podemos identificar no Concelho? Quais as categorias da população que são mais afetadas?

“Acima de tudo o desemprego, que acho que é o principal problema. Se fizermos a conta estão 600 pessoas. Por vezes na mesma família estão desempregados o casal.

Numa opinião pessoal, a nível de planeamento familiar apenas após a conceção é que é obrigatório ir às consultas de planeamento familiar e deveria ser antes na minha opinião, porque muitas vezes ao que assistimos, quem menos pode é quem mais tem e, atualmente sabemos que isso é um problema e por arrasto vamos chegar à situação que estamos hoje.

A nível de educação, acho que vai por fases. Neste momento, o problema é que os jovens não vêm futuro, hoje nada nos garante, nem o curso superior nos garante emprego e já nem falo em mestrados. A nível profissional, temos alguma dificuldade uma vez que a escola encerrou. Contudo, ainda existem algumas áreas que garantem emprego.

As categorias da população mais afetadas, acho que é tudo um pouco transversal neste momento. Acho que não se pode efetuar uma categoria, apesar de no problema do desemprego sabermos que atinge uma faixa etária entre a partir dos 40/45 anos. Quando essas pessoas se vêm numa situação de desemprego, sabem que é difícil arranjar novo emprego, uma vez que o mercado de trabalho é muito competitivo.

Os jovens têm outra facilidade e é o que se tem vivenciado, muitos jovens a abandonar a ilha e a região para o estrangeiro à procura de melhores oportunidades. Os idosos têm as suas reformas e foram se habituando a viver com um certo nível de vida.”

4- Tendo a identificação destes problemas, que necessidades podemos identificar para cada um deles?

“Para resolvê-los só uma conjuntura europeia, nacional e depois regional para conseguirmos colmatar os problemas. Não tendo, o caminho é feito através de algumas políticas invisíveis que vão dando algum melhoramento às situações de vulnerabilidade social que assistimos.

Sabemos que o sector da construção civil, nunca se vai resolver. Pode haver alguma reparação e algo pequeno para se fazer, mas nunca se voltará a ter, no meu ponto de vista, grandes investimentos em obras. Assim, a principal necessidade é o desenvolvimento económico, uma vez que a solução passa muito pela economia. Eu tinha uma solução pessoal que se solucionava uma grande parte dos problemas, que era a criação de um polo universitário, porque mexia com isto tudo.”

5- Que questões considera ser prioritárias para aprofundamento?

“Acima de tudo e a nível dos mais jovens, mas acho que temos a parte do empreendedorismo. Acho que se devia apostar mais nesse sentido e promover mais esse setor. Sei que ao nível da Direção Regional fazem ações nessas áreas de esclarecimentos. Temos agora o programa 14/20 e acho que deveriam investir nesses fundos.

Acho também que ao nível de ação social deveria de haver uma rede, uma forma de gerir. Antes havia uma coordenação entre a junta de freguesia e a câmara. Os pedidos

eram enviados para a junta e a junta fazia. Neste momento, como são de partidos diferentes acabaram por fazer de forma diferente, cada um fez o seu rumo e as questões que andam no ar é se não há duplicações etc, e acho que deveria haver uma maior convergência e um controlo que deveria integrar a segurança social e as diversas instituições. Deveria haver também um controlo a nível da proteção e divulgação de dados, para verificar se aqueles dados são mesmo correspondentes à realidade.”